

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA MECÂNICA E MATERIAIS CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE MATERIAIS

ROBERTO CARLOS PAULUCCI NALLIN

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA EM EMPRESAS JUNIORES: DIAGNÓSTICO
DE PRÁTICAS E DESAFIOS DE REPORTE NA UFSC.

FLORIANÓPOLIS

2026

ROBERTO CARLOS PAULUCCI NALLIN

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA EM EMPRESAS JUNIORES: DIAGNÓSTICO
DE PRÁTICAS E DESAFIOS DE REPORTE NA UFSC.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
Engenharia de Materiais da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito para a obtenção do título de
Engenheiro de Materiais.

Orientadora: Prof. Dr^a Clarissa Stefani Teixeira

FLORIANÓPOLIS

2026

Paulucci Nallin, Roberto Carlos

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA EM EMPRESAS JUNIORES:
DIAGNÓSTICO DE PRÁTICAS E DESAFIOS DE REPORTE NA UFSC. :
DIAGNÓSTICO DE PRÁTICAS E DESAFIOS DE REPORTE NA UFSC. /
Roberto Carlos Paulucci Nallin ; orientadora, Clarissa
Stefani Teixeira, 2026.

72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Tecnológico, Graduação em Engenharia de Materiais,
Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Engenharia de Materiais. 2. Empresas Juniores. 3.
Global Reporting Initiative. 4. Reporte de
Sustentabilidade. 5. Universidade Empreendedora. I. Stefani
Teixeira, Clarissa . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Engenharia de Materiais. III.
Título.

ROBERTO CARLOS PAULUCCI NALLIN

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA EM EMPRESAS JUNIORES: DIAGNÓSTICO
DE PRÁTICAS E DESAFIOS DE REPORTE NA UFSC.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Engenharia de Materiais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Engenharia de Materiais.

Florianópolis, 06 de março de 2026.



Documento assinado digitalmente
Joao Batista Rodrigues Neto
Data: 25/03/2026 09:18:58-0300
CPF: ***.810.989-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Eng. João Batista Rodrigues Neto
Coordenador do Curso

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente
Clarissa Stefani Teixeira
Data: 23/03/2026 08:13:43-0300
CPF: ***.711.030-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr.^a Clarissa Stefani Teixeira

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
BRUNA FERNANDA DA SILVA
Data: 23/03/2026 09:01:45-0300
CPF: ***.797.259-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Eng.^a Bruna Fernanda da Silva

Avaliadora

Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
EDUARDO MAZZUCO
Data: 24/03/2026 13:53:54-0300
CPF: ***.212.979-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Eng.^a Eduardo Mazzuco

Avaliador

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2026.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a integração de princípios de reporte de sustentabilidade conforme os padrões da Global Reporting Initiative (GRI) nas Empresas Juniores (EJs) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Partindo do arcabouço teórico da Universidade Empreendedora, o estudo investiga o hiato crítico entre o potencial latente dessas organizações e a realidade de suas práticas de transparência e mensuração de sustentabilidade. A metodologia empregada, de caráter misto (quali-quantitativo), combinou uma revisão sistemática da literatura com a aplicação de questionários em 23 Empresas Juniores da UFSC (representando 55% do universo mapeado). Os resultados revelam um cenário crítico de déficit estrutural em transparência: 69,6% das EJs nunca publicaram relatórios de impacto, apenas 17% possuem estruturas formais de governança dedicadas à sustentabilidade, e 100% dos respondentes desconhecem os padrões GRI. O achado mais contundente reside na identificação da barreira primária para o avanço da agenda: o desconhecimento absoluto sobre os frameworks de reporte de sustentabilidade. Conclui-se que o principal desafio não é a ausência de práticas sustentáveis nas EJs, mas sim a falta de mensuração, transparência e conhecimento sobre ferramentas padronizadas de reporte. O ecossistema de inovação da UFSC, por meio da Incubadora VIA Junior, dispõe de mecanismos eficazes para catalisar essa capacitação, evidenciado pelo crescimento de 58% em indicadores de governança nas empresas incubadas. O estudo reforça que a ressignificação do GRI como ferramenta pedagógica, adaptada para o contexto de organizações educacionais de pequeno porte, é essencial para alinhar as EJs à Agenda 2030.

Palavras-chave: Empresas Juniores, Global Reporting Initiative, Relatórios de Sustentabilidade, Universidade Empreendedora, Educação para a Sustentabilidade.

ABSTRACT

This research analyzes the integration of sustainability reporting principles, based on the Global Reporting Initiative (GRI) standards, within the Junior Enterprises (JEs) of the Federal University of Santa Catarina (UFSC). Drawing from the theoretical framework of the Entrepreneurial University, the study investigates the critical gap between the latent potential of these organizations and the reality of their transparency and sustainability measurement practices. The methodology employed was a mixed-methods approach (qualitative-quantitative), combining a systematic literature review with the application of questionnaires across 23 Junior Enterprises at UFSC (representing 55% of the mapped universe). The results reveal a critical scenario of structural transparency deficits: 69.6% of the JEs have never published impact reports, only 17% possess formal governance structures dedicated to sustainability, and 100% of respondents are unfamiliar with GRI standards. The most striking finding identifies the primary barrier to advancing this agenda: an absolute lack of knowledge regarding sustainability reporting frameworks. The study concludes that the main challenge is not an absence of sustainable practices within JEs, but rather a lack of measurement, transparency, and familiarity with standardized reporting tools. The UFSC innovation ecosystem, through the VIA Junior Incubator, possesses effective mechanisms to catalyze this capacity building, evidenced by a 58% growth in governance indicators among incubated companies. The study reinforces that reframing the GRI as a pedagogical tool, adapted for the context of small-scale educational organizations, is essential for aligning JEs with the 2030 Agenda.

Keywords: Junior Enterprises, Global Reporting Initiative, Sustainability Reports, Entrepreneurial University, Education for Sustainability.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. JUSTIFICATIVA	6
2.1 OBJETIVOS	8
2.1.1 Objetivo Geral	8
2.1.2 Objetivos Específicos	8
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
3.1 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E A AMBIÇÃO 2023 NAS EJs	9
3.1.1 Cenário A: Integração Estratégica e Ambição (Foco Corporativo)	9
3.1.2 Cenário B: EJs como Ambientes de Experimentação (Foco Educacional)	10
3.2 PADRÕES GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)	10
3.2.1 Histórico e Estrutura da GRI	10
3.2.2 Aplicação do GRI em Contextos Corporativos e Universitários	11
3.2.3 Desafios e Oportunidades para Pequenas Organizações	11
3.3 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE (RS) EM UNIVERSIDADES: IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E OPORTUNIDADES À LUZ DOS ODS E DO PAPEL DAS EJs	12
3.3.1 Desafios na Implementação dos Padrões GRI nas Universidades	12
3.3.2 Oportunidades Estratégicas na Adoção da GRI para Universidades e EJs	13
3.3.3 Análise comparativa: Desafios e Oportunidades da implementação dos Padrões GRI na Literatura Acadêmica	13
3.4 Marco Regulatório e a Incubadora VIA Junior como Habitat de Inovação	16
4. METODOLOGIA	16
4.1 Revisão Sistemática da Literatura	17
4.1.1 Demonstração da Lacuna de Conhecimento	17
4.2 Coleta de dados primários	18
4.2.1 População, Amostra e Caracterização	18
4.2.2 Instrumento de pesquisa e Alinhamento com os Padrões GRI	19

4.2.3 Procedimentos de Coleta de Dados	20
4.3 Tratamento e análise dos dados	21
4.4 Declaração quanto ao uso de ferramentas de Inteligência Artificial	21
4.5 Considerações éticas e de validade	22
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	22
5.1 Diagnóstico das Práticas de Sustentabilidade na UFSC	25
5.1.1 Governança e Estratégia: A ausência de Estruturas Formais	25
5.1.2 Mensuração e Transparência	26
5.2. Barreiras à Adoção dos Padrões GRI: Desafios Estruturais e de Capacitação	27
5.2.1. O Desafio Primordial: O Desconhecimento como Barreira	27
5.2.2. Desafios Organizacionais Intrínsecos: A Fragilidade Institucional das EJs	29
5.3 O Potencial Inexplorado: Oportunidades Estratégicas para as EJs	30
5.3.1. As EJs como Ambientes de Prática Empreendedora e Inovação na Agenda 2030.	30
5.3.2. Alavancando o Ecossistema de Inovação da UFSC como Catalisador	31
5.3.2.1 Do Potencial à Prática: Análise Quantitativa do Impacto Catalisador	32
5.4. Avaliação Crítica: Ponderando Desafios e Oportunidades para um Plano de Ação	33
6. LIMITAÇÕES DA PESQUISA	36
6.1 Limitações de Validade e Generalização	36
6.2 Implicações e Recomendações	36
7. CONCLUSÃO	37
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
9. APÊNDICE	46

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o debate sobre desenvolvimento sustentável passou de uma agenda restrita aos fóruns multilaterais para um imperativo estratégico que orienta governos, empresas e instituições de ensino na adoção de práticas responsáveis e transparentes. Nesse contexto, a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fornecem um referencial abrangente para integrar dimensões sociais, ambientais e econômicas nas decisões organizacionais.

A UFSC é uma instituição pioneira no movimento empresa júnior no Sul do Brasil. A Ação Júnior, formada por estudantes dos cursos de Administração, Relações Internacionais, Economia e Ciências Contábeis, foi fundada em 1990, antes mesmo da criação da FEJESC (Federação das Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina) em 1994. Atualmente, o mapeamento da UFSC indica a existência de aproximadamente 32 EJs registradas e ativas. O ecossistema institucional de suporte às EJs inclui a Incubadora VIA Junior, que oferece infraestrutura, mentoria técnica e programas de capacitação para o desenvolvimento de projetos alinhados com a Agenda 2030 (ESCOLAR-SIERRA et al., 2019).

Entretanto, estudos recentes revelam um cenário paradoxal nas organizações estudantis: embora desenvolvam ações com impacto socioambiental documentado, estas organizações apresentam déficit estrutural em transparência e mensuração (HERNÁNDEZ-DÍAZ et al., 2021). Conforme observam Brescia et al. (2025), a comunicação sustentável é essencial para instituições de ensino superior, que voluntariamente preparam relatórios de sustentabilidade para demonstrar compromisso e informar tomada de decisão estratégica. Assim, a lacuna identificada nas Empresas Juniores não reside na ausência de ações sustentáveis, mas na carência de mecanismos formalizados para sua mensuração, transparência e alinhamento com ferramentas internacionais de reporte, como os Padrões GRI.

Entre as diversas metodologias disponíveis para reportar desempenho socioambiental, os Padrões da Global Reporting Initiative (GRI) figuram como referência internacional para avaliação comparável e consistente de impactos organizacionais (GRI, 2021). A adoção desses padrões por EJs pode fortalecer a governança, aprimorar processos de coleta de dados e ampliar a legitimidade junto a stakeholders acadêmicos e empresariais (HERNÁNDEZ-DÍAZ et al., 2021).

Entre as diversas metodologias disponíveis para reportar desempenho socioambiental, os Padrões da GRI figuram como referência internacional para avaliação comparável e consistente de impactos organizacionais (GRI, 2021). A adoção desses padrões por EJs pode fortalecer a governança, aprimorar processos de coleta de dados e ampliar a legitimidade junto a stakeholders acadêmicos e empresariais (HERNÁNDEZ-DÍAZ et al., 2021).

Contudo, questiona-se a adequação integral dos Padrões GRI para EJs. O GRI foi desenvolvido primariamente para corporações multinacionais. As EJs apresentam características distintas: estruturas horizontais, alta rotatividade de membros (turnover anual de gestão), recursos financeiros limitados, e dupla natureza (simultaneamente organizações educacionais e atuantes no mercado). Essas particularidades impõem desafios adicionais para a implementação efetiva dos Padrões GRI, exigindo adaptações metodológicas e significativos investimentos em capacitação (HERNÁNDEZ-DÍAZ et al., 2021).

Particularmente relevante é o fato de que estudos sobre sustentabilidade em universidades são abundantes, mas faltam investigações que abordem EJs com suas características organizacionais específicas. As EJs compartilham mais similaridades estruturais com pequenas e médias empresas (PMEs), estrutura enxuta, recursos limitados, informalidade relativa, do que com universidades propriamente ditas. Essa percepção justifica uma revisão crítica de literatura não apenas do setor universitário, mas também de pesquisas sobre implementação de GRI e práticas de sustentabilidade em organizações de pequeno porte.

Isso reforça a necessidade de pesquisas que analisem o grau de institucionalização e transparência da sustentabilidade nessas organizações, identifiquem caminhos viáveis para ampliação de sua contribuição aos ODS, e questione a aplicabilidade integral dos frameworks desenvolvidos para corporações maiores (HERNÁNDEZ-DÍAZ et al., 2021; LEAL FILHO; LUKMAN; LOZANO, 2020).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar o nível de adoção dos padrões GRI de reporte de sustentabilidade nas EJs da UFSC, identificar as barreiras estruturais e de conhecimento para sua implementação, e avaliar o papel do ecossistema de inovação institucional (Incubadora VIA Junior) como potencial catalisador para institucionalização de práticas de reporte transparente. Ao fazê-lo, pretende-se: (i) mapear níveis de conhecimento sobre o GRI e padrões de reporte, (ii) diagnosticar a situação atual de transparência e mensuração de sustentabilidade em EJs, (iii) comparar EJs incubadas

pela VIA Junior com aquelas não incubadas, e (iv) fornecer subsídios para o fortalecimento de práticas de reporte sustentável no Movimento Empresa Júnior da UFSC, contribuindo assim para alinhamento com a Agenda 2030 e para a formação de lideranças responsáveis e socialmente conscientes.

2. JUSTIFICATIVA

A urgência de implementar práticas de reporte de sustentabilidade em organizações de todos os tamanhos e setores é reconhecida globalmente. Para pequenas e médias empresas (PMEs), micro empresas e organizações estudantis como as EJs, a adoção de padrões internacionais de transparência representa tanto um desafio quanto uma oportunidade fundamental para legitimidade e competitividade.

No contexto específico das EJs, a justificativa para esta pesquisa opera em múltiplos níveis. Primeiramente, as EJs são organizações híbridas que simultaneamente funcionam como ambientes pedagógicos e como entidades produtivas que prestam serviços reais no mercado. Essa natureza dual as posiciona como espaços estratégicos para vivência prática de conceitos de sustentabilidade corporativa. Ao internalizar práticas de reporte de impacto, os estudantes desenvolvem competências altamente demandadas pelo mercado de trabalho contemporâneo, alinhando-se aos requisitos de ESG (Environmental, Social, and Governance) cada vez mais exigidos por empresas multinacionais. Portanto, a institucionalização de práticas de reporte não é apenas uma questão administrativa, mas pedagogicamente essencial.

Em segundo lugar, embora as EJs da UFSC desenvolvam atividades com potencial impacto sustentável comprovado, como projetos de consultoria em economia circular, eficiência energética e gestão de resíduos, existe um hiato crítico em transparência e reporte. Os dados da pesquisa revelam que 69,6% das EJs nunca publicaram relatórios de impacto, e 100% dos respondentes desconhecem os padrões GRI. Esta lacuna não é de sustentabilidade per se, mas de mensuração e comunicação estruturada de práticas já existentes. É esta distinção que fundamenta a urgência da presente investigação: o problema não é a ausência de ação, mas a falta de evidenciação rigorosa dessa ação. Sem reporte, as EJs carecem de credibilidade junto a stakeholders externos e de mecanismos para o conhecimento organizacional entre gestões, perpetuando a amnésia institucional característica de organizações com alta rotatividade.

Em terceiro lugar, observa-se uma lacuna significativa na literatura científica. Estudos aplicados sobre a implementação de padrões GRI em contextos de EJs são escassos ou inexistentes. Enquanto há abundante discussão sobre sustentabilidade em universidades e crescente interesse em PMEs, as EJs permanecem como objeto de investigação pouco explorado. Esta ausência de pesquisa empírica é particularmente preocupante, considerando que o movimento empresa júnior brasileiro congrega aproximadamente 15 mil estudantes atuando em mais de 500 organizações espalhadas por universidades em todo o país. Essa lacuna torna a presente pesquisa de elevada originalidade e relevância.

Quarto, a pesquisa se justifica pelo diagnóstico de barreiras estruturais que precisam ser sistematicamente mapeadas. A ausência de capacitação técnica sobre frameworks de reporte, a resistência à mudança em ambientes com foco operacional de curto prazo, e as limitações financeiras para alocação de recursos em atividades que não geram receita direta figuram como obstáculos reais. No entanto, estas barreiras não são insuperáveis; elas precisam ser compreendidas em profundidade para que estratégias adequadas possam ser formuladas.

Quinto, a UFSC dispõe de um ecossistema de inovação robusto que oferece oportunidade singular para intervir neste cenário. A Incubadora VIA Junior, primeira incubadora de Empresas Juniores do Brasil, foi precisamente concebida para catalisar a profissionalização e a institucionalização de práticas nas EJs. Os dados disponíveis indicam que EJs incubadas apresentam 58% maior capacidade de planejamento e governança, e 75% maior engajamento com stakeholders, em comparação com aquelas sem suporte especializado. Esta diferença demonstra que o ecossistema pode funcionar como alavanca transformadora, desde que direcionado especificamente para a capacitação em reporte de sustentabilidade.

Portanto, o presente estudo justifica-se pela confluência de cinco fatores: (i) a urgência global de transparência em sustentabilidade; (ii) a relevância pedagógica de reporte para a formação de estudantes em EJs; (iii) a lacuna empírica identificada entre práticas existentes e reporte institucionalizado; (iv) a escassez de pesquisa aplicada sobre GRI em contextos de Empresas Juniores; e (v) a oportunidade estratégica oferecida pela Incubadora VIA Junior para catalisar mudanças. Este estudo pretende, ao final, fornecer subsídios para que as EJs da UFSC, e, por extensão, o movimento empresa júnior brasileiro, transcendam o paradigma de organizações operacionais informais para consolidarem-se como ambientes de excelência em gestão sustentável, transparência e formação de lideranças responsáveis.

2.1 OBJETIVOS

2.1.1 Objetivo Geral

Investigar o nível de adoção dos padrões GRI de reporte de sustentabilidade nas EJs da UFSC, identificar as barreiras estruturais e de conhecimento para sua implementação, e avaliar o papel do ecossistema de inovação institucional (Incubadora VIA Junior) como catalisador para institucionalização de práticas de reporte transparente.

2.1.2 Objetivos Específicos

1. Mapear o diagnóstico atual de práticas de governança, mensuração e reporte de sustentabilidade nas EJs da UFSC, considerando a percepção dos respondentes (presidentes/gestores) como unidade de análise.
2. Identificar o nível de conhecimento e as barreiras estruturais, operacionais e de capacitação à adoção dos padrões GRI nas EJs.
3. Avaliar a adequação e aplicabilidade específica dos cadernos GRI (GRI 2-3, GRI 2-5, GRI 2-9, e GRI 400) para o contexto das EJs.
4. Comparar indicadores de governança, reporte de sustentabilidade e engajamento com stakeholders entre EJs incubadas pela VIA Junior e EJs não incubadas.
5. Propor recomendações para a simplificação e adaptação de frameworks de reporte adequados ao contexto das EJs.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O diagnóstico do problema exige uma fundamentação teórica integrada que articule quatro dimensões essenciais: os ODS e a Agenda 2030, que definem expectativas de responsabilidade corporativa contemporânea; os Padrões Global Reporting Initiative, que operacionalizam essa visão em frameworks técnicos de mensuração; a relevância específica dos relatórios de sustentabilidade em ambientes universitários, onde as EJs atuam na intersecção entre ensino e prática empresarial; e o ecossistema de inovação institucional, particularmente a Incubadora VIA Junior, como catalisador para institucionalização de práticas sustentáveis. Esta estrutura repousa na premissa de que as EJs, embora enfrentem barreiras organizacionais particulares, estão posicionadas de forma singular para se tornarem

ambientes de excelência em gestão sustentável, desde que recebam suporte institucional adequado.

3.1 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E A AMBIÇÃO 2023 NAS EJs

Os ODS foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 como um plano de ação global para erradicar a pobreza e proteger o meio ambiente (UNITED NATIONS, 2015). Constituem um referencial normativo que orienta governos, empresas e instituições na adoção de práticas sustentáveis. Ao atingir a metade do cronograma da Agenda 2030, relatórios recentes indicam que apenas 7,7% das metas dos ODS no Brasil estão sendo alcançadas de forma satisfatória (ONU BRASIL, 2025).



Figura 1: Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030. Fonte: brasil.un.org

Esse cenário impõe que organizações educacionais transcendam a mera divulgação teórica. As universidades são reconhecidas como centros de formação e inovação que devem alinhar suas competências às demandas de capital humano qualificado para a sustentabilidade (LEAL FILHO; LUKMAN; LOZANO, 2020). Nesse contexto, a relação entre ODS e EJs deve ser compreendida sob dois cenários contemporâneos.

3.1.1 Cenário A: Integração Estratégica e Ambição (Foco Corporativo)

Neste cenário, as organizações abandonam o alinhamento puramente documental para adotar metas quantitativas integradas ao planejamento estratégico. O Pacto Global da ONU lançou o programa Ambição pelos ODS, que exige que as empresas definam benchmarks ambiciosos e utilizem tecnologias digitais para monitorar o impacto organizacional real (GLOBAL COMPACT, 2025). Para as EJs, isso significa integrar a sustentabilidade ao core business da consultoria prestada, gerando soluções que maximizem o valor social.

3.1.2 Cenário B: EJs como Ambientes de Experimentação (Foco Educacional)

Este cenário posiciona as EJs como ambientes no ecossistema da Universidade Empreendedora. A vivência prática nessas organizações é apontada como o mecanismo mais eficaz para desenvolver competências de ESG exigidas pelo mercado de trabalho (VIANA et al., 2023). A EJ atua como espaço de experimentação onde estudantes testam soluções para sustentabilidade, particularmente para o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 12 (Consumo Responsável).

3.2 PADRÕES GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

Além da adoção direta dos ODS nas estratégias das universidades e das EJs, um dos principais instrumentos que permite operacionalizar a sustentabilidade é a Global Reporting Initiative (GRI). Os padrões GRI estabelecem diretrizes para relatórios de sustentabilidade, permitindo que empresas e instituições comuniquem seus impactos socioambientais de forma padronizada e transparente (GRI, 2021).

A relação entre os ODS e os padrões GRI pode ser observada na integração de metas globais aos indicadores de desempenho organizacional, possibilitando: (i) medição do progresso das organizações em relação aos ODS; (ii) transparência e comparabilidade dos dados reportados; e (iii) alinhamento estratégico entre ações empresariais e compromissos globais de sustentabilidade.

3.2.1 Histórico e Estrutura da GRI

Os padrões GRI constituem a principal referência internacional para Relatórios de Sustentabilidade, permitindo que organizações mensurem e comuniquem seus impactos econômicos, ambientais e sociais (GRI, 2021). Criado em 1997, o GRI surgiu de uma parceria entre a Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES) e o United

Nations Environment Programme (UNEP), com o objetivo de aumentar a transparência e a responsabilidade socioambiental das empresas (GRI, 2018). O framework passou por diversas atualizações, culminando no GRI Standards (2016), um modelo modular e flexível que facilita a adaptação às necessidades específicas de cada organização (LOZANO et al., 2019).

A estrutura baseia-se no conceito de Triple Bottom Line, contemplando as dimensões econômica, ambiental e social de forma integrada. A dimensão econômica inclui informações sobre criação de valor, inovação, governança e impacto financeiro. A dimensão ambiental aborda emissões de carbono, gestão de resíduos, uso de recursos naturais e conservação ambiental. A dimensão social avalia questões trabalhistas, direitos humanos, diversidade e impacto nas comunidades (HERNÁNDEZ-DÍAZ et al., 2021). O GRI estabelece onze princípios essenciais que orientam a elaboração dos relatórios, garantindo transparência, comparabilidade, integridade e clareza na comunicação de informações (GRI, 2018).

3.2.2 Aplicação do GRI em Contextos Corporativos e Universitários

A adoção dos padrões GRI pelas empresas desempenha papel crucial para a sustentabilidade corporativa, pois possibilita que as organizações compreendam e gerenciem seus impactos socioambientais (POLANCO et al., 2021). Ao utilizar esse modelo de relato, as empresas aprimoram sua governança ambiental, social e corporativa (ESG), atendendo às expectativas de investidores, consumidores e órgãos reguladores.

No contexto das universidades, os padrões GRI assumem função estratégica ao incentivar a gestão sustentável e a transparência institucional. Muitas instituições de ensino superior utilizam as diretrizes do GRI para relatar seus impactos ambientais e sociais, fornecendo um modelo para a adoção de práticas sustentáveis por parte de seus membros (LOZANO et al., 2018). A implementação dos padrões GRI no ensino superior também impulsiona a formação de profissionais comprometidos com a sustentabilidade. Rankings internacionais, como o Times Higher Education Impact Rankings e o UI GreenMetric, avaliam o desempenho das universidades em relação aos ODS, incentivando a adesão ao GRI (WILSDON et al., 2021).

3.2.3 Desafios e Oportunidades para Pequenas Organizações

Para pequenas e médias organizações, como as EJs, a implementação dos padrões GRI apresenta desafios significativos. A falta de conhecimento técnico sobre os processos de relato e a dificuldade na coleta e análise de dados constituem barreiras principais (POLANCO et al., 2021). Muitas organizações carecem também de uma cultura organizacional voltada para a transparência e a prestação de contas (GRI, 2018).

No entanto, há oportunidades para a ampliação do uso do GRI, especialmente com o avanço das tecnologias digitais. A automação de processos de coleta de dados e a utilização de softwares especializados têm permitido que organizações de diversos portes adotem os padrões GRI de forma mais acessível e eficiente (LOZANO; LUKMAN, 2021). A interseção entre o GRI e os ODS representa uma oportunidade significativa para instituições que desejam demonstrar seu compromisso com a sustentabilidade global (HERNÁNDEZ-DÍAZ et al., 2021).

3.3 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE (RS) EM UNIVERSIDADES: IMPORTÂNCIA, DESAFIOS E OPORTUNIDADES À LUZ DOS ODS E DO PAPEL DAS EJs

A elaboração de RS promove a institucionalização de práticas sustentáveis e a transparência institucional (LOZANO; HUISINGH, 2011). No entanto, o uso de frameworks corporativos em ambientes acadêmicos exige adaptações para captar a missão de ensino e pesquisa (MOGGI, 2019).

A sustentabilidade tem se consolidado como um eixo estruturante nas estratégias institucionais das universidades. Os relatórios de sustentabilidade surgem como ferramentas indispensáveis para a comunicação dos impactos ambientais, sociais e econômicos das atividades universitárias, funcionando como dispositivos de monitoramento, avaliação e prestação de contas (HERNÁNDEZ-DÍAZ et al., 2021).

Além de oferecerem um diagnóstico das ações desenvolvidas, os relatórios de sustentabilidade promovem a institucionalização de práticas sustentáveis, favorecendo a tomada de decisões baseada em evidências e a definição de metas estratégicas. A adoção de frameworks internacionalmente reconhecidos, como as diretrizes da GRI, o Sustainability Tracking, Assessment & Rating System (STARS), o UI GreenMetric e o Times Higher

Education Impact Rankings, tem contribuído para a padronização dos relatórios, possibilitando comparações interinstitucionais (LOZANO, 2006; LOZANO; HUISINGH, 2011).

3.3.1 Desafios na Implementação dos Padrões GRI nas Universidades

A literatura aponta que relatórios robustos requerem a participação ativa de stakeholders internos e a integração transversal das iniciativas de sustentabilidade (CEULEMANS et al., 2015b). A falta de engajamento de docentes e estudantes limita a coleta de dados e reduz o valor pedagógico do RS (LOZANO et al., 2013).

A ausência de práticas de reporte estruturadas pode gerar impactos significativos na sustentabilidade de movimentos estudantis. A carência de transparência compromete a licença social para operar, permitindo que stakeholders externos construam narrativas críticas sobre a real utilidade social dessas organizações (MACELLARI et al., 2020). Se o movimento não internalizar a gestão por indicadores técnicos, ocorre uma desvalorização do capital humano em formação, gerando uma ausência de competências frente às exigências de ESG do mercado de trabalho (VIANA et al., 2023).

Teoricamente, o enfraquecimento da legitimidade institucional decorrente da falta de dados auditáveis dificulta que as organizações estudantis pleiteiem recursos e espaços dentro da governança universitária (MOGGI, 2023).

3.3.2 Oportunidades Estratégicas na Adoção da GRI para Universidades e EJs

A adoção dos padrões GRI por instituições de ensino superior tem se mostrado uma oportunidade estratégica para a consolidação da sustentabilidade como princípio transversal e estruturante na gestão universitária (MOGGI, 2019; GUIJARRO et al., 2018). A estrutura da GRI permite o alinhamento das atividades acadêmicas aos ODS, viabilizando a sistematização e a comunicação dos impactos gerados pelas universidades nas dimensões ambiental, social e econômica (ZORIO-GRIMA et al., 2018), enquanto o processo de elaboração dos relatórios promove a articulação entre os diversos setores da instituição, incentivando o aprendizado organizacional e a gestão baseada em evidências (CEULEMANS et al., 2015a).

A publicação de relatórios de sustentabilidade baseados na GRI contribui para a melhoria da reputação institucional, facilita a participação em rankings internacionais e amplia o acesso a financiamentos públicos e privados (BICE; COATES, 2016). Além disso, a GRI valoriza a inclusão e o engajamento de partes interessadas no processo de construção dos relatórios, oferecendo uma metodologia robusta para identificação, consulta e incorporação de diferentes perspectivas (GRI, 2021), representando para as universidades uma oportunidade de estreitar laços com sua comunidade interna e externa, promovendo a governança participativa.

3.3.3 Análise comparativa: Desafios e Oportunidades da implementação dos Padrões GRI na Literatura Acadêmica

Para contextualizar a lacuna empírica identificada nas EJs da UFSC, é imperativo compreender o debate acadêmico sobre a aplicação de frameworks de sustentabilidade em IES. A revisão da literatura revela uma série de desafios sistêmicos que, em estrito alinhamento com a presente pesquisa, atuaram como os aspectos direcionadores centrais para a formulação das questões aplicadas em campo (vide percurso metodológico, Seção 4.2.1). O quadro 1 a seguir sintetiza essas barreiras estruturais, evidenciando as categorias teóricas que embasaram o diagnóstico empírico do movimento empresa júnior.

Aspecto	Autores	Desafios	Oportunidades
Falta de padronização de indicadores	Lozano (2006); Hernández-Díaz et al. (2021)	Dificulta a comparação entre instituições e a mensuração do progresso	Estimula o desenvolvimento de indicadores adaptados à realidade local
Adaptação difícil da GRI ao contexto universitário	Lozano (2006); Lozano & Huisingh (2011)	Muitos elementos do GRI não são	Permite inovação metodológica e

		diretamente aplicáveis ao ensino superior	personalização de indicadores
Desconexão entre dimensões avaliadas (social, ambiental, econômica)	Lozano & Huisingh (2011); Leal Filho et al. (2020)	Abordagens fragmentadas comprometem a visão sistêmica da sustentabilidade	Possibilita alinhamento mais profundo com os ODS
Indicadores genéricos que ignoram as especificidades acadêmicas	Hernández-Díaz et al. (2021);	Relatórios podem não refletir a realidade operacional da universidade	Favorece o envolvimento de estudantes e empresas juniores na coleta de dados
Ausência de modelo universal aplicável às universidades	Lozano et al. (2013); Leal Filho et al. (2020)	Falta de diretrizes comuns leva à dispersão de esforços	Incentiva o debate institucional e a aprendizagem organizacional

Quadro 1: Síntese dos desafios e aspectos direcionadores para a implementação do GRI no Ensino Superior.

Como evidenciado nos direcionadores teóricos, a literatura aponta como desafio central a dificuldade de adaptar um modelo concebido para o setor corporativo a um ambiente acadêmico (LOZANO; HUISINGH, 2011). A natureza interdisciplinar e multifacetada das IES, abrangendo ensino, pesquisa, extensão e gestão (ETZKOWITZ et al., 2003), não se encaixa perfeitamente nos indicadores padrão propostos pelo mercado. Essa inadequação, somada à ausência de padronização, compromete a comparabilidade e a avaliação consistente do progresso (LOZANO, 2006). Contudo, sob uma perspectiva estratégica, a adoção do GRI impulsiona a gestão baseada em evidências e permite alinhar as operações aos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável de forma estruturada (UNITED NATIONS, 2015; GRI, 2021). Conforme argumentam Hernández-Díaz et al. (2021), mesmo com recursos limitados, o framework oferece uma base robusta que pode servir como ponto de partida legitimado internacionalmente.

A partir dessa contextualização, a etapa quantitativa da pesquisa buscou diagnosticar como essas barreiras se materializam na realidade empírica das EJs da UFSC. Para isso, os dados coletados foram cruzados com dois requisitos operacionais da estrutura universal de reporte: o GRI 2-3 (Período de relato, frequência e ponto de contato) e o GRI 2-5 (Garantia externa).

No que tange à padronização das informações (GRI 2-3), a análise revelou um cenário de alta informalidade. Os dados demonstram que 69,6% das EJs nunca publicaram relatórios de impacto ou balanços sociais, inviabilizando a determinação de uma frequência de relato. Ademais, entre a minoria que adota alguma prática de prestação de contas, 21,7% utilizam metodologias próprias e não padronizadas. Esse cenário empírico corrobora a literatura ao evidenciar que a ausência de um modelo universal desencoraja a manutenção de uma periodicidade de reporte no ambiente acadêmico (CEULEMANS et al., 2015a).

Em relação à garantia e verificação dos dados (GRI 2-5), os resultados ilustram o impacto severo da barreira de letramento técnico. Observou-se que 69,6% das EJs não submetem seus processos a nenhum tipo de auditoria ou verificação externa. Este dado reflete a dificuldade estrutural apontada por Leal Filho, confirmando que a falta de capacitação impede a integração de práticas robustas de governança e compliance (garantia externa).

Essa análise comparativa evidencia que os desafios de implementação do GRI nas EJs vão muito além da simples adaptação corporativa; eles são inerentes ao processo e exigem um esforço coordenado de letramento organizacional. Para o movimento empresa júnior, isso representa uma dupla oportunidade: ao mesmo tempo em que podem se beneficiar do suporte institucional para superar a barreira do conhecimento técnico, essas organizações encontram-se em uma posição privilegiada para atuar como agentes ativos na adaptação desses frameworks. Assim, transformam o desafio da adequação aos padrões globais em uma autêntica experiência de aprendizado prático e inovação em gestão.

3.4 Marco Regulatório e a Incubadora VIA Junior como Habitat de Inovação

O Movimento Empresa Júnior (MEJ) no Brasil possui uma trajetória de mais de três décadas, mas sua consolidação jurídica definitiva ocorreu apenas com a promulgação da Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016, conhecida como a "Lei das Empresas Juniores". Esta legislação disciplina a criação e a organização das EJs no país, definindo-as como associações civis sem fins lucrativos, geridas exclusivamente por estudantes de graduação, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados. A lei estabelece, ainda, que as EJs devem ser obrigatoriamente vinculadas a uma instituição de ensino superior e desenvolver atividades supervisionadas por professores.

No âmbito da UFSC, a regulamentação do movimento acompanhou a evolução nacional. A universidade é pioneira no MEJ no Sul do Brasil, tendo a fundação da Ação Júnior em 1990 como marco inicial. Em termos normativos, a UFSC institucionalizou as EJs por meio da Resolução nº 08/CUn/2010 e, posteriormente, atualizou seu regimento para se adequar à lei federal através da Resolução Normativa nº 90/CUn/2017. Esta resolução disciplina o processo de reconhecimento institucional das empresas e o papel da universidade em sua qualificação, prevendo o apoio do Comitê Gestor das Empresas Juniores (CGEJ), fundado em 2012 para acompanhar o registro e o cumprimento das normas pelas organizações.

É dentro deste robusto arcabouço legal e institucional que surge a necessidade de suportes especializados. Enquanto as leis e resoluções fornecem a estrutura normativa, os habitats de inovação facilitam a operação prática dessas entidades (TEIXEIRA; TRZECIAK; VARVAKIS, 2018).

A Incubadora VIA Junior, vinculada ao Departamento de Inovação (SINOVA), foi concebida precisamente como o nexo catalisador que transforma a obrigação legal em excelência de gestão. Sendo a primeira incubadora de EJs do Brasil, sua missão é oferecer a qualificação necessária para que as empresas superem a "amnésia organizacional" causada pela rotatividade de membros e possam, enfim, adotar modelos de governança complexos, como os previstos pelos padrões GRI (SILVESTRO, 2023; VIA JUNIOR, 2024).

4. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa aplicada de caráter exploratório, embasada em abordagem mista, que associa elementos quantitativos e qualitativos. O delineamento metodológico foi concebido com o propósito de assegurar a replicabilidade e a validade dos achados concernentes à adoção de padrões de reporte de sustentabilidade no ecossistema das Empresas Juniores da Universidade Federal de Santa Catarina.

4.1 Revisão Sistemática da Literatura

A presente seção operacionaliza o primeiro objetivo específico desta pesquisa. A revisão sistemática da literatura constituiu etapa de fundamental importância para a fundamentação teórica do diagnóstico empírico, possibilitando o mapeamento da produção científica acerca da adoção dos Padrões Global Reporting Initiative (GRI) em ambientes universitários e em pequenas e médias empresas.

4.1.1 Demonstração da Lacuna de Conhecimento

A fundamentação teórica foi construída mediante pesquisa nas plataformas Scopus e Google Acadêmico, delimitando-se o período de análise entre 2010 e 2024, com o propósito de capturar a evolução temática subsequente à instituição da Agenda 2030. O processo de revisão iniciou-se com o teste de combinações específicas de palavras-chave, direcionadas à identificação de estudos que abordem as Empresas Juniores em associação com sustentabilidade corporativa.

As strings de pesquisa testadas para a recuperação de estudos específicos sobre Empresas Juniores foram: ("Junior Enterprise*" OR "Empresa* Junior*" OR "Junior Business") AND ("sustainability" OR "sustentabilidade" OR "GRI"). Este processo retornou menos de cinco estudos que atendessem aos critérios de relevância estabelecidos. A escassez de literatura especializada em Empresas Juniores justificou a ampliação estratégica da busca para domínios relacionados, compreendendo sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior e em pequenas e médias empresas, as quais compartilham características organizacionais mais próximas às EJs, tais como estrutura enxuta, recursos limitados e informalidade relativa em processos.

A busca expandida utilizou a seguinte string: ("university*" OR "academic institution*") AND ("sustainability report*" OR "GRI*" OR "corporate sustainability") AND ("sustainable development goal*" OR "SDG*"), retornando uma população inicial de 1.119 registros. A consulta resultou na aplicação de filtros adicionais visando garantir a relevância do material selecionado, incluindo: (i) exclusão de estudos sem acesso ao texto completo; (ii) exclusão de produções que abordassem setores não relevantes, tais como mineração e indústria de combustíveis fósseis; e (iii) seleção de publicações que se concentrassem especificamente em frameworks de sustentabilidade ou nos Padrões GRI. Ao término deste processo de refinamento, aproximadamente 50 estudos foram analisados em profundidade.

Os critérios de inclusão aplicados à revisão sistemática compreenderam: período de publicação entre 2010 e 2025; idiomas de publicação português, inglês ou espanhol; e tipologias de documentos incluindo artigos científicos, periódicos revisados por pares e anais de conferências indexadas em bases como Scopus. Este processo revelou uma lacuna crítica na literatura acadêmica: enquanto existe produção abundante sobre sustentabilidade em instituições de ensino superior e crescente interesse em pequenas e médias empresas, encontra-se praticamente ausência de estudos que se dediquem especificamente à implementação de padrões GRI no contexto de Empresas Juniores.

4.2 Coleta de dados primários

A etapa de coleta de dados primários foi estruturada com o propósito de diagnosticar a realidade operacional dos sujeitos de pesquisa, em sua interface com os GRI, contrastando suas percepções com as exigências consolidadas no reporte corporativo.

4.2.1 População, Amostra e Caracterização

Define-se como população desta pesquisa o conjunto de 32 Empresas Juniores oficialmente registradas na Universidade Federal de Santa Catarina em 2023, conforme mapeamento institucional. A amostra compreendeu 23 Empresas Juniores que responderam adequadamente ao instrumento de coleta de dados, representando 71,9% da população total. A seleção amostral foi realizada mediante amostragem por conveniência e critério de disponibilidade, com coleta de dados realizada no período de 20 de fevereiro a 20 de abril de 2024. Os respondentes foram identificados como ocupantes de posições estratégicas nas organizações, incluindo presidentes, vice-presidentes ou gestores especializados em sustentabilidade e projetos.

A distribuição setorial da amostra revelou características plurais quanto aos domínios de atuação. O setor de Tecnologia constituiu a maior concentração, compreendendo 43% das EJs respondentes (10 organizações). Ciências Sociais Aplicadas englobaram 26% da amostra (6 EJs), incluindo especialidades em negócios, consultoria, design e comunicação. Saúde e Humanas representaram 23% (5 EJs), abrangendo nutrição, farmácia e educação. Finalmente, as Engenharias compreenderam 8% da amostra (2 EJs). Esta diversidade disciplinar alinha-se com o argumento de Etzkowitz et al. (2003) no que concerne à pluralidade de áreas de atuação como potencializadora de inovação em sustentabilidade.

Quanto à relação com a Incubadora VIA Junior, estrutura institucional de catalisação do desenvolvimento empresarial estudantil, identificou-se que 15 das 23 Empresas Júniores respondentes (65%) foram incubadas em ciclos recentes, compreendendo o período 2023-2025. Este dado possibilita análise comparativa entre organizações que receberam apoio especializado e aquelas que não participaram do programa, permitindo verificação empírica do potencial catalisador da incubadora.

Aspecto metodológico de relevância crítica refere-se à definição da unidade de análise. Estabelece-se que a unidade de análise é o respondente, isto é, a pessoa física ocupante de posição estratégica (presidente ou gestor), e não a Empresa Júnior como abstração organizacional. Desta forma, os dados coletados refletem percepções de liderança estratégica sobre as práticas organizacionais, não necessariamente correspondendo à realidade objetiva das operações. Esta distinção assume importância fundamental para a adequada interpretação dos resultados e deve ser considerada nas análises subsequentes.

4.2.2 Instrumento de pesquisa e Alinhamento com os Padrões GRI

O instrumento de pesquisa empregado nesta investigação consistiu em questionário estruturado hospedado na plataforma Google Forms, composto por 32 itens distribuídos em duas tipologias: vinte questões com resposta fechada, utilizando escala Likert de cinco pontos (variando de discordo totalmente a concordo totalmente), e doze questões abertas, destinadas à coleta de justificativas, percepções e descrição de barreiras identificadas pelos respondentes.

O questionário foi deliberadamente estruturado em torno dos Padrões Global Reporting Initiative, alinhando-se a dois pilares direcionadores de fundamental relevância. O primeiro pilar compreende a parametrização técnica dos Padrões GRI com potencial

aplicabilidade no contexto de Empresas Juniores, incluindo-se: GRI 2-3 (Período de relato, frequência e ponto de contato); GRI 2-5 (Garantia externa); GRI 2-9 (Estrutura de governança); GRI 2-23 (Compromissos de Política); GRI 3 (Tópicos Materiais); e GRI 400 série (Tópicos Sociais, compreendendo trabalho decente, direitos humanos e diversidade). O segundo pilar refere-se aos desafios críticos identificados mediante revisão da literatura especializada, nomeadamente: falta de padronização de indicadores; dificuldades na adaptação de frameworks concebidos para contexto corporativo ao ambiente acadêmico e ao das Empresas Juniores; e deficiências em conhecimento e letramento técnico em sustentabilidade corporativa.

A estrutura do questionário foi organizada em eixos temáticos, cada qual alinhado a cadernos específicos dos Padrões GRI, garantindo rastreabilidade clara entre fundamentos teóricos e questões empíricas. O eixo de Governança, com alinhamento aos padrões GRI 2-9 e GRI 2-23, incorporou oito itens destinados a mapear estruturas formais de governança nas organizações. O eixo de Mensuração e Transparência, alinhado aos padrões GRI 2-3 e GRI 2-5, compreendeu seis questões voltadas ao diagnóstico de reporte de impacto sustentável. O eixo de Conhecimento GRI, associado aos padrões GRI 1, 2 e 3, continha cinco questões destinadas à identificação de barreiras de letramento técnico. O eixo de Tópicos Materiais, alinhado ao padrão GRI 3, incluiu quatro questões para avaliação da percepção sobre stakeholders. O eixo Social, correspondendo à série GRI 400, compreendeu cinco questões. Finalmente, a seção de Dados Contextuais, com função de caracterização da amostra e relação com VIA Junior, incorporou cinco itens.

O quadro 2 a seguir sintetiza a rastreabilidade entre eixos temáticos, cadernos GRI correspondentes, quantidade de questões e objetivos específicos:

Eixo Temático	Cadernos GRI	Questões	Objetivo Específico
Governança	GRI 2-9, 2-23	8 itens	Mapear estruturas formais
Mensuração e Transparência	GRI 2-3, 2-5	6 itens	Diagnosticar reporte
Conhecimento GRI	GRI 1, 2, 3	5 itens	Identificar barreiras
Tópicos Materiais	GRI 3	4 itens	Avaliar stakeholders
Social	GRI 401, 403, 405	5 itens	Avaliar temas sociais
Contextuais	Caracterização	5 itens	Caracterizar amostra

Quadro 2: Eixos temáticos dos cadernos GRI correspondentes, quantidade de questões e objetivos específicos.

A validação interna do instrumento foi assegurada mediante alinhamento deliberado de cada questão a pelo menos um caderno específico dos Padrões GRI, garantindo conectividade entre: (i) os achados da revisão sistemática da literatura, que descrevem requisitos dos frameworks de reporte; (ii) as questões empíricas integradas ao instrumento, que operacionalizam estes requisitos no contexto específico das Empresas Juniores; e (iii) a análise dos dados coletados, que compara as percepções dos respondentes com os requisitos normativos dos Padrões GRI.

4.2.3 Procedimentos de Coleta de Dados

O protocolo de coleta de dados seguiu procedimento sistematizado. O questionário foi encaminhado digitalmente, por via eletrônica, aos presidentes e gestores das EJs participantes, acompanhado de convite personalizado no qual se explicava os objetivos específicos da pesquisa. Com propósito de maximizar a taxa de resposta, dois lembretes adicionais foram enviados aos não respondentes, na segunda e terceira semanas subsequentes ao primeiro envio. O quadro 3 consolida os aspectos metodológicos essenciais da etapa de coleta de dados primários:

Aspecto Metodológico	Descrição
Tipo de Pesquisa	Exploratória, abordagem mista (quali-quantitativa)
População	32 Empresas Juniores registradas na UFSC (2023)
Amostra	23 respondentes (71,9% da população)
Instrumento	Questionário estruturado com 32 itens
Período de Coleta	20 de fevereiro a 20 de abril de 2024

Quadro 3: Síntese dos Aspectos Metodológicos da Coleta de Dados Primários

O tempo estimado para conclusão do questionário foi de quinze a vinte minutos. Os dados coletados foram armazenados e organizados automaticamente pela plataforma Google Forms, permitindo exportação para planilhas eletrônicas em formato padronizado.

4.3 Tratamento e análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos a tratamento integrado, alinhado aos cinco objetivos específicos propostos inicialmente. Para as questões com resposta fechada, utilizou-se análise estatística descritiva, compreendendo o cálculo de frequências absolutas e relativas, bem como medidas de tendência central e dispersão. Realizou-se, adicionalmente, análise bivariada, mediante cruzamento de variáveis relativas a governança versus engajamento institucional, bem como comparação entre EJs incubadas versus não incubadas. Procurou-se, especificamente, analisar as contradições aparentes nos dados, tal como a discrepância entre a proporção de respondentes que declaram utilizar "métricas de sustentabilidade" (69,6%) e a proporção que desconhecem os Padrões GRI (100%).

As respostas às questões abertas foram submetidas a Análise de Conteúdo Categórica, conforme metodologia descrita por Bardin (2016). Este processo compreendeu as seguintes etapas: (i) pré-análise, mediante leitura flutuante da integralidade das respostas abertas; (ii) codificação, com identificação de unidades de significado, tais como palavras-chave e conceitos-chave; (iii) categorização, mediante agrupamento das unidades de significado em temas emergentes, incluindo categorias definidas a priori pela literatura, tal como "barreiras de conhecimento" e "amnésia organizacional", bem como categorias emergentes dos dados coletados, tal como "foco operacional de curto prazo"; e (iv) inferência, compreendendo a interpretação das categorias emergentes à luz do referencial teórico previamente estabelecido.

A triangulação de dados, entendida como o cruzamento entre resultados quantitativos e qualitativos, foi empreendida com propósito de validação cruzada das descobertas. Este procedimento permitiu verificar se os padrões identificados nas frequências de resposta às questões fechadas encontram correspondência nas justificativas qualitativas fornecidas pelos respondentes, conferindo maior robustez às conclusões.

4.4 Declaração quanto ao uso de ferramentas de Inteligência Artificial

Em conformidade com os princípios de transparência e integridade acadêmica instituídos pela Universidade Federal de Santa Catarina, declara-se que a presente pesquisa contou com suporte tecnológico proporcionado pelo modelo de linguagem Gemini Pro, desenvolvido pela Google (2026). O emprego desta ferramenta restringiu-se ao refinamento estilístico da redação científica, estruturação lógica das seções constituintes do trabalho, revisão de coerência e clareza argumentativa, e formatação de quadros e tabelas. Ressalta-se explicitamente que a ferramenta não foi utilizada para: geração de conteúdo científico original; análise de dados brutos; interpretação de resultados; ou formulação de conclusões. Todo o material gerado foi submetido a revisão crítica e validação integral pelo autor, preservando-se sua autoria intelectual. A inteligência artificial funcionou, portanto, como ferramenta assistiva, não como substituta da reflexão e da análise científica.

4.5 Considerações éticas e de validade

O protocolo de pesquisa foi conduzido em conformidade com princípios éticos reconhecidos. Todos os respondentes foram informados previamente quanto: (i) aos objetivos específicos da investigação; (ii) às garantias de sigilo e anonimato dos dados fornecidos; e (iii) ao direito de recusa em participar. A coleta de respostas foi realizada de forma anônima, sem possibilidade de identificação nominal dos respondentes, permitindo-se apenas a identificação do setor de atuação e da EJ vinculada.

Reconhece-se, quanto às limitações de validade, que a utilização de amostragem por conveniência pode introduzir viés de seleção, na medida em que EJs com maior interesse ou sensibilidade prévia à temática da sustentabilidade podem ter apresentado maior propensão a responder. Esta limitação será objeto de discussão pormenorizada na Seção 6, dedicada às limitações da pesquisa.

A operacionalização deste delineamento metodológico foi rigorosamente executada para garantir a confiabilidade dos dados. As questões constituintes do instrumento de pesquisa foram estruturadas de forma a minimizar ambiguidade semântica, permitindo teste-reteste e, portanto, verificação de consistência interna das respostas em aplicações sucessivas. Este cuidado metodológico reflete-se na estruturação de cada pergunta em alinhamento com os padrões GRI, assegurando rastreabilidade entre fundamentos teóricos e questões empíricas.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise inicia-se com a pesquisa realizada nas EJs da UFSC para identificar a existência de práticas sustentáveis com base nos padrões GRI, atendendo diretamente ao segundo objetivo específico deste estudo. Em seguida, a discussão avança para o terceiro objetivo, que consiste em avaliar as oportunidades e os desafios atrelados à implementação destes padrões no contexto das EJs. Primeiramente, examinam-se as barreiras operacionais e institucionais, em diálogo com a literatura que aponta a falta de padronização e a necessidade de adaptação ao ambiente acadêmico como gargalos estruturais (LOZANO, 2006; HERNÁNDEZ-DÍAZ et al., 2021). Posteriormente, avaliam-se as oportunidades estratégicas derivadas do suporte do ecossistema de inovação local. Por fim, o capítulo consolida esses achados, articulando os dados empíricos com o referencial teórico para propor um diagnóstico claro.

A coleta de dados primários abrangeu 23 EJs ativas, representando 55% do universo de 42 EJs oficialmente registradas na UFSC em 2023. A amostra assegura diversidade disciplinar ao englobar setores como tecnologia (43%), ciências sociais aplicadas (26%) e saúde (23%). Conforme apontam Etzkowitz et al. (2003), essa pluralidade de áreas de atuação, e não apenas a diversidade interna de equipes, é o que potencializa práticas inovadoras de sustentabilidade na universidade empreendedora.

A coleta de dados primários foi realizada com 23 EJs de diferentes setores e centros acadêmicos da UFSC. A relação de EJs analisadas foi: Autojun, Invest Júnior, SIMBIOSIS, EJEJ, Analize, Ação Júnior, Conaq, A3 Design, Reação Jr, Lamp Engenharia, UIPI, EJIFAR, Tétis, Locus Iuris, Tétis – Oceano, i9, Nutri Jr., EPEC UFSC, Pixel, EJESAM, Ejifar, Caltech Consultoria e EJEM. Os setores de atuação podem ser identificados na figura 2.

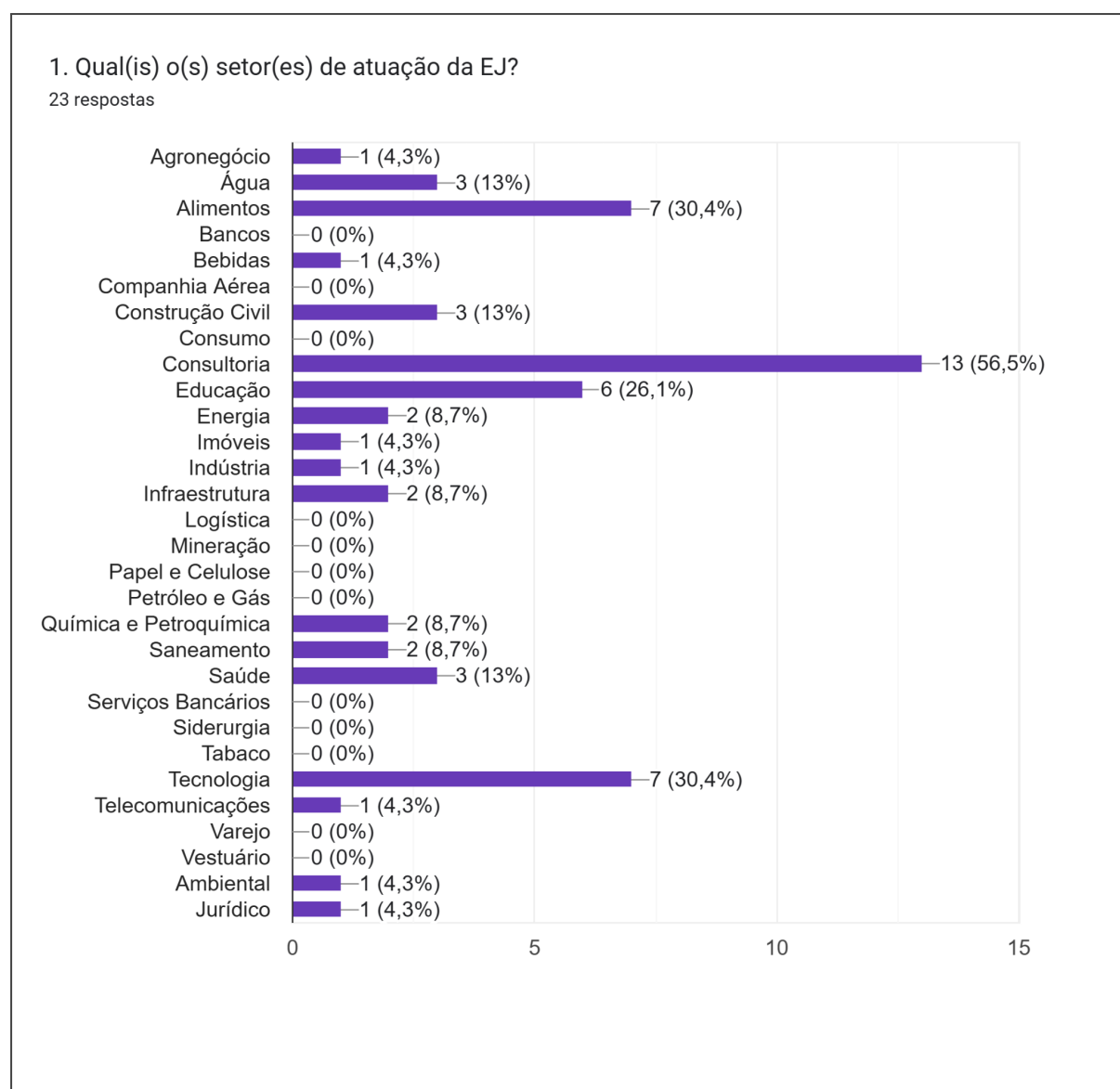


Figura 2: Relação dos setores de atuação das 23 EJs participantes do questionário.

Aplicou-se um questionário estruturado de 32 itens, composto por escalas Likert de cinco pontos e questões abertas, abordando: (a) estrutura de governança, (b) políticas institucionais de sustentabilidade, (c) mecanismos de diálogo com stakeholders, (d) elaboração de relatórios de sustentabilidade e (e) nível de conhecimento dos Padrões GRI e dos ODS. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo categorial (BARDIN, 2016), permitindo a identificação de padrões, lacunas e oportunidades para o fortalecimento da sustentabilidade no contexto das EJs.

5.1 Diagnóstico das Práticas de Sustentabilidade na UFSC

Os resultados revelam uma institucionalização incipiente da sustentabilidade nas EJs pesquisadas. Apenas 17% dos respondentes das organizações possuem estrutura formal de governança, e 69,6% nunca publicaram relatórios de impacto.

5.1.1 Governança e Estratégia: A ausência de Estruturas Formais

A efetiva incorporação da sustentabilidade em uma organização depende fundamentalmente da existência de estruturas de governança que lhe confiram legitimidade, responsabilidade e perenidade. Os padrões GRI, em particular o GRI 2-9 (Estrutura de governança), enfatizam a necessidade de mecanismos formais para a supervisão de temas econômicos, ambientais e sociais. A pesquisa, contudo, revela uma fragilidade estrutural significativa nesse quesito. Apenas 17% dos participantes da pesquisa afirmaram possuir um comitê ou um cargo formalmente dedicado à sustentabilidade. Em contrapartida, um contingente expressivo de 44% declarou não dispor de qualquer arranjo institucional para o tema, enquanto 39% delegam essa responsabilidade de maneira informal a um diretor de projetos ou ao presidente.

Essa ausência de estruturas formais é um dos principais entraves para a consolidação de uma cultura de sustentabilidade, conforme apontado por Lozano e Leal Filho (2020), pois compromete a continuidade das ações, tornando-as dependentes do voluntarismo e do interesse transitório dos membros. Em organizações com alta rotatividade, como as EJs, a falta de um mandato institucional claro e de responsáveis designados impede a construção de uma memória organizacional, gestão do conhecimento e a implementação de estratégias de longo prazo.

A mesma lacuna é observada no campo das políticas institucionais, abordado pelo GRI 2-23 (Compromissos de Política). Menos da metade das EJs (47,8%) declarou possuir uma política interna escrita que mencione metas ambientais ou sociais. Isso sugere que, para a maioria, a sustentabilidade não é um compromisso formalizado e comunicado, mas sim um conjunto de intenções não codificadas. Embora algumas EJs tenham mencionado práticas como o uso de materiais sustentáveis ou o desenvolvimento de projetos com impacto ambiental positivo, essas ações parecem ser mais reativas e isoladas do que parte de uma estratégia deliberada.

Identifica-se, assim, um hiato crítico entre as boas intenções e o compromisso formal. A existência de iniciativas pontuais demonstra que há uma sensibilidade para o tema, provavelmente influenciada pelo ambiente acadêmico e pelas discussões sociais mais amplas. No entanto, a dificuldade reside em traduzir essa sensibilidade em políticas, metas e responsabilidades claras. Sem essa formalização, as práticas de sustentabilidade permanecem vulneráveis, com baixo potencial de escala e impacto sistêmico, e dificilmente sobrevivem às mudanças de gestão, um ciclo comum e rápido no universo das empresas juniores.

5.1.2 Mensuração e Transparência

A transparência é um pilar da sustentabilidade corporativa, e a elaboração de relatórios é o principal instrumento para a prestação de contas aos stakeholders. Os padrões GRI foram concebidos precisamente para padronizar e conferir credibilidade a esse processo de comunicação. Os resultados da pesquisa, no entanto, apontam para um vácuo profundo na mensuração e divulgação de impactos por parte das EJs da UFSC.

Os dados são preocupantes: 69,6% das EJs afirmaram nunca ter publicado qualquer tipo de relatório de sustentabilidade ou balanço social. Apenas uma pequena fração (8,7%) declarou seguir as diretrizes GRI, exemplo, um respondente declarou seguir práticas de plantio de mudas na UFSC e fazer a gestão de resíduos, um dado que, como será discutido adiante, entra em contradição com o desconhecimento generalizado sobre o próprio framework. Outros 21,7% utilizam metodologias próprias, que, na ausência de um padrão reconhecido, carecem de comparabilidade e verificabilidade.

Essa carência de relatórios representa mais do que uma falha de comunicação; ela sinaliza uma limitação estrutural na capacidade das EJs de gerenciar seus próprios impactos. Como defendido por Hernández-Díaz et al. (2021), a ausência de reporte dificulta a identificação de pontos críticos, o estabelecimento de metas de melhoria e a avaliação do progresso ao longo do tempo. Para as EJs, que atuam como prestadoras de serviços e representam a universidade perante o mercado, essa falta de transparência constitui um risco reputacional e uma oportunidade perdida de demonstrar valor agregado para além dos resultados financeiros de seus projetos.

Nesse contexto, emerge um contraponto analítico significativo. Embora o discurso institucional posicione as EJs como ambientes de aprendizagem prática (OLIVEIRA JUNIOR; SILVA, 2022), os dados da presente pesquisa revelam que, na ausência de metodologias de mensuração e de relatórios de sustentabilidade estruturados, essas organizações carecem das evidências necessárias para validar objetivamente o impacto

socioambiental de suas operações. Na pesquisa, os participantes que declararam divulgar utilizando metodologia própria, não sabendo dizer qual era a metodologia. Conforme sustentam Hernández-Díaz et al. (2021), a adoção formal de métricas e de relatos institucionais é o mecanismo que permitiria a essas entidades transcender o campo das intenções, transformando a vivência estudantil em experimentação acadêmica rigorosa e validada perante a sociedade.

Diante desse cenário, emerge um contraponto analítico fundamental para o ecossistema estudantil. Embora o discurso institucional posicione as EJs como ambientes de excelência para a aprendizagem prática (OLIVEIRA JUNIOR; SILVA, 2022), os dados revelam que, na ausência de metodologias de mensuração estruturadas, essas organizações ainda carecem de evidências concretas para validar o seu impacto socioambiental. Conforme sustentam Hernández-Díaz et al. (2021), a adoção formal de métricas e de relatos institucionais — como os propostos pelo GRI — é o mecanismo essencial que permite a essas entidades transcenderem o campo das intenções, transformando a vivência estudantil em uma experimentação acadêmica rigorosa, transparente e validada perante a sociedade.

5.2. Barreiras à Adoção dos Padrões GRI: Desafios Estruturais e de Capacitação

A análise das dificuldades enfrentadas pelas EJs na implementação de práticas de sustentabilidade, tema do terceiro objetivo específico — “Identificar os desafios na implementação dos padrões GRI no contexto das EJs” —, revela que os obstáculos vão muito além das limitações de recursos financeiros ou da complexidade técnica dos frameworks. A pesquisa aponta para uma barreira anterior e mais fundamental: a carência de conhecimento e capacitação, que se manifesta como um vácuo de informação sobre os próprios instrumentos de gestão da sustentabilidade.

5.2.1. O Desafio Primordial: O Desconhecimento como Barreira

O achado mais contundente da pesquisa reside em uma estatística inequívoca: 100% dos respondentes afirmaram não conhecer os padrões da GRI. Esta lacuna técnica evidencia que, embora 69,6% das EJs adotem ‘métricas’ de monitoramento, tal percepção é subjetiva e carece de fundamentação metodológica. Pois, na pesquisa, os respondentes não souberam dizer quais metodologias utilizam. Sem o domínio de frameworks globais, as medições reportadas pelas organizações estudantis tornam-se rudimentares, falhando em atender ao princípio da materialidade e transparência exigido pelo mercado e pela academia. Esse

cenário corrobora a tese de que o letramento técnico é a barreira que precede a complexidade da implementação. Este dado, por si só, reconfigura a compreensão do problema. A literatura sobre o tema frequentemente discute desafios como a dificuldade de adaptação de padrões corporativos para o contexto acadêmico (MOGGI, 2019) ou a resistência à mudança em organizações com recursos limitados (POLANCO et al., 2021). No entanto, os dados sugerem que, para as EJs da UFSC, a discussão sobre a complexidade da implementação é prematura, pois a barreira primária é o desconhecimento absoluto da existência da ferramenta.

Esta ausência de conhecimento não se restringe ao GRI. O nível de familiaridade com a Agenda 2030 e seus ODS também é baixo: 43,5% das EJs admitiram não conhecer a agenda, e apenas 17,4% declararam ter um alto nível de conhecimento. A falta de conhecimento se traduz, naturalmente, em uma ausência de ação proativa para capacitação interna. A pesquisa mostra que 78,3% das EJs não desenvolvem ações de conscientização sobre sustentabilidade com seus membros. Cria-se, assim, um ciclo de desinformação: a falta de conhecimento impede a percepção da necessidade de capacitação, que, por sua vez, perpetua o desconhecimento, assim como ilustra a figura 3.

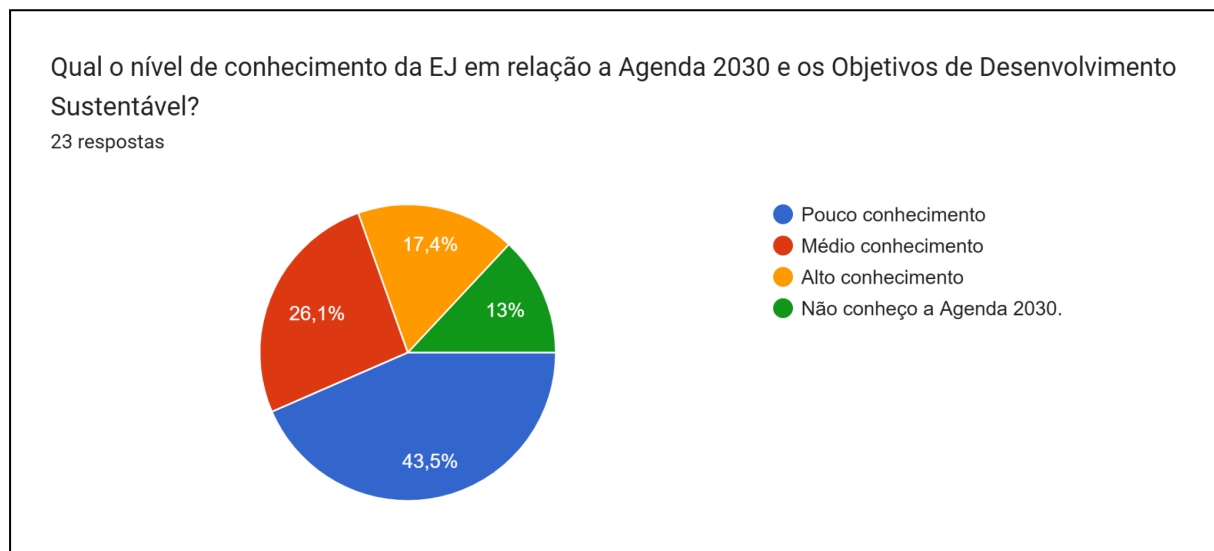


Figura 3: Resultados da análise quantitativa das EJs sobre a Agenda 2030 e os ODS.

O fato de 43,5% das EJs admitirem desconhecimento absoluto sobre a Agenda 2030 sinaliza um descompasso crítico entre o potencial teórico do Movimento Empresa Júnior e a formação prática oferecida. À luz do ODS 4 (Educação de Qualidade), esse déficit de conhecimento nas EJs da UFSC compromete a missão das universidades de graduar profissionais aptos a operar sob as novas pressões de ESG e economia circular, reforçando a urgência de integrar a sustentabilidade ao core business da consultoria júnior.

Este cenário evidencia uma falha crítica na interface entre a formação acadêmica oferecida pela universidade e as competências exigidas para uma gestão contemporânea e responsável.

Adicionalmente, o desconhecimento sobre o GRI gera uma contradição notável nos dados. Ao serem questionadas sobre o uso de métricas para monitorar o desempenho em sustentabilidade, 69,6% das EJs responderam afirmativamente. Este dado, quando justaposto ao desconhecimento total do padrão GRI, levanta sérias dúvidas sobre o que as EJs de fato consideram como "métrica de sustentabilidade". É altamente provável que a interpretação do termo seja superficial e não padronizada. Em vez de indicadores de desempenho sistemáticos e alinhados a impactos materiais, como preconiza o GRI, as EJs provavelmente estão rastreando indicadores operacionais simples e isolados. Essa discrepância revela não apenas a ausência de uma ferramenta, mas uma compreensão rudimentar do que significa gerenciar a sustentabilidade com base em evidências, reforçando a urgência de uma capacitação que vá além da sensibilização e adentre os aspectos técnicos e estratégicos da gestão.

5.2.2. Desafios Organizacionais Intrínsecos: A Fragilidade Institucional das EJs

Somam-se ao desafio do conhecimento as fragilidades institucionais inerentes ao modelo das Empresas Juniores. A alta rotatividade de membros é, talvez, o principal fator que dificulta a implementação de projetos de longo prazo, como a adoção de um sistema de relato baseado no GRI. A cada semestre ou ano, a liderança e a equipe são renovadas, o que pode levar à descontinuidade de iniciativas estratégicas que não estejam formalmente enraizadas na cultura e nos processos da organização.

A ausência de estruturas de governança para a sustentabilidade, identificada na seção anterior, agrava esse problema. Sem um cargo ou comitê com a responsabilidade explícita de zelar pela agenda, não há quem garanta a transferência de conhecimento e a continuidade dos projetos entre as gestões. A sustentabilidade torna-se, assim, uma pauta episódica, que emerge ou desaparece conforme o interesse pessoal dos diretores do momento.

Adicionalmente, a natureza das EJs, focada na execução de projetos para clientes externos e na geração de experiência prática para os membros, tende a priorizar o curto prazo e as entregas operacionais. Em um ambiente de recursos limitados, tanto financeiros quanto de tempo dos membros voluntários, a alocação de esforços para atividades que não geram receita direta ou que são percebidas como burocráticas, como a elaboração de relatórios,

torna-se um desafio. Isso cria um ciclo vicioso: a falta de estrutura impede o planejamento de longo prazo, e o foco em projetos de curto prazo desincentiva a criação de uma estrutura mais robusta, mantendo a sustentabilidade em um plano secundário.

5.3 O Potencial Inexplorado: Oportunidades Estratégicas para as EJs

Apesar do diagnóstico de desafios significativos, a análise não estaria completa sem uma avaliação aprofundada das oportunidades, foco do quarto objetivo específico: “Identificar as oportunidades da implementação dos padrões GRI no contexto das EJs”. A discussão agora se desloca para o potencial latente das Empresas Juniores, argumentando que, com o suporte adequado, elas estão em uma posição única para se tornarem não apenas praticantes, mas verdadeiras catalisadoras da sustentabilidade dentro e fora da universidade.

5.3.1. As EJs como Ambientes de Prática Empreendedora e Inovação na Agenda 2030.

O referencial teórico da Universidade Empreendedora e do modelo da Hélice Tríplice, proposto por Etzkowitz e Leydesdorff (2000), oferece um arcabouço poderoso para compreender o papel estratégico das EJs. Elas são a materialização desses conceitos, atuando na intersecção entre a universidade (fonte de conhecimento e formação), a indústria (através dos clientes e do mercado) e, indiretamente, o governo (ao operar dentro de uma instituição pública e responder a um arcabouço regulatório).

Nessa condição, a adoção dos padrões GRI pelas EJs transcende a mera função de relatório corporativo, consolidando-se como uma ferramenta pedagógica e de gestão estratégica validada pelo mercado. Mais do que um exercício de transparência, o framework converte-se em um mecanismo prático para a avaliação, testagem e validação empírica de soluções sustentáveis. Conforme apontam Viana et al. (2023), as EJs atuam como ambientes onde competências e habilidades em inovação e empreendedorismo ganham protagonismo, justamente por exigirem a interação contínua com clientes reais e a gestão de entregas concretas.

Ao implementarem o GRI nesse cenário aplicado, os estudantes não apenas teorizam sobre a sustentabilidade, mas vivenciam os desafios operacionais de estruturar processos, coletar dados e engajar stakeholders (HERNÁNDEZ-DÍAZ et al., 2021). Essa união entre a prática empreendedora e o rigor da mensuração submete as organizações estudantis a um

ciclo real de validação de suas práticas de gestão. Consequentemente, o protagonismo estudantil nesses espaços desenvolve habilidades cruciais de comunicação corporativa e planejamento, tornando-se um diferencial competitivo para a futura inserção no mercado de trabalho e alinhando a formação acadêmica diretamente às metas do ODS 4 (Educação de Qualidade) (BRASIL JÚNIOR, 2021b).

Em segundo lugar, a adoção do GRI funciona como um diferencial de mercado para a própria EJ. Em um cenário onde os critérios ESG ganham cada vez mais relevância, uma EJ que demonstra transparência e gerencia seus impactos de forma estruturada aumenta sua credibilidade e atratividade perante clientes, parceiros e a própria universidade. Isso pode abrir portas para projetos mais complexos e de maior impacto, fortalecendo seu modelo de negócio e sua contribuição para o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). Ao oferecer serviços que incorporam a sustentabilidade, as EJs também se tornam difusoras de boas práticas para pequenas e médias empresas, promovendo o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

Dessa forma, a integração do framework GRI não apenas responde a uma demanda mercadológica por transparência, mas atua internamente como um vetor de amadurecimento institucional. Ao estruturarem suas práticas em consonância com as métricas globais, as EJs fortalecem seu papel educacional no ecossistema de inovação, preparando o terreno para as análises metodológicas e de governança que se desdobram nas seções seguintes deste estudo

5.3.2. Alavancando o Ecossistema de Inovação da UFSC como Catalisador

A superação da barreira do conhecimento, identificada como o principal desafio para a adoção de práticas de sustentabilidade pelas EJs, não precisa ser uma jornada solitária para cada organização. A UFSC dispõe de um ecossistema de inovação robusto, que inclui Habitats de Inovação e, notadamente, a Incubadora VIA Junior. Conforme argumentam Teixeira, Trzeciak e Varvakis (2018), essas estruturas são essenciais para fomentar a colaboração e a transferência de tecnologia. A maior oportunidade estratégica para as EJs consiste, portanto, em alavancar essa infraestrutura existente para capacitação e apoio de forma sistêmica. A Incubadora VIA Junior, em particular, emerge não apenas como um ambiente de apoio, mas como uma resposta institucional pioneira e deliberada, concebida para catalisar o desenvolvimento e a profissionalização do movimento empresa júnior.

A sua criação como a primeira incubadora de empresas juniores do Brasil,, posiciona-a como a solução ideal para o diagnóstico apresentado neste trabalho. O vácuo de conhecimento identificado, onde 100% das EJs desconhecem os padrões GRI e apenas 17% possuem uma estrutura de governança formal para a sustentabilidade, é precisamente a lacuna que a incubadora foi projetada para preencher. Sua missão de oferecer "apoio e qualificação para o desenvolvimento e a consolidação das EJs" ataca diretamente a informalidade e a carência de capacitação que esta pesquisa revelou como as barreiras primárias para a institucionalização de práticas socioambientais robustas.

A metodologia da incubadora funciona como um antídoto para as fragilidades diagnosticadas, combatendo a "amnésia organizacional" causada pela alta rotatividade por meio de um ciclo estruturado que força a formalização de processos e a transferência de conhecimento.

5.3.2.1 Do Potencial à Prática: Análise Quantitativa do Impacto Catalisador

A eficácia da Incubadora VIA Junior como catalisadora de capacidades organizacionais não é apenas teórica, mas demonstrável por meio de indicadores de impacto concretos. Os dados dos ciclos de incubação recentes fornecem evidências quantitativas de que o programa desenvolve precisamente as competências que, conforme diagnosticado por esta pesquisa, são deficientes nas EJs e essenciais para a implementação de um sistema de relato de sustentabilidade como o GRI.

O quadro 4 sintetiza esses resultados, mapeando cada indicador de desempenho da incubadora a uma lacuna específica identificada e a um requisito fundamental do framework GRI.

Indicador	Métrica Quantitativa	Implicação Estratégica para a Adoção do GRI
Escala do Programa	15 EJs atendidas desde a sua criação.	Demonstra a relevância e o alcance sistêmico da iniciativa no universo das EJs da UFSC, indicando um potencial de impacto em

		larga escala.
Capacidade de Governança e Planejamento	Crescimento de 58% na estruturação e implementação de planos de ação pelas EJs participantes.	Aborda diretamente a lacuna de governança formal (padrão GRI 2-9) e a ausência de compromissos de política (GRI 2-23) identificadas na pesquisa.
Engajamento com Stakeholders	Crescimento médio de 75% no desenvolvimento de redes e no mapeamento de stakeholders.	Desenvolve a competência essencial para a identificação de temas materiais e o diálogo com partes interessadas (padrão GRI 3)

Quadro 4: Indicadores de Impacto da Incubadora VIA Junior no Desenvolvimento de Capacidades Organizacionais das Empresas Juniores (Ciclos 2023-2025).

O programa de incubação demonstrou um crescimento de 58% na capacidade de planejamento e governança das EJs participantes, abordando a deficiência em estruturas formais (padrão GRI 2-9). Essa evolução é corroborada por Silva (2024), que evidencia como a metodologia da Incubadora VIA Junior atua de forma prática no 'Eixo Gestão' para auxiliar as EJs a desenvolverem e implantarem novos processos operacionais, superando vulnerabilidades organizacionais latentes por meio de acompanhamento especializado e mentorias. Da mesma forma, o avanço de 75% no mapeamento de redes e *stakeholders* capacita os estudantes na principal competência exigida pelo GRI para a determinação de temas materiais (padrão GRI 3). Segundo Silva (2024), o suporte focado no 'Eixo Redes' fornece as diretrizes e ferramentas essenciais para que as EJs mapeiem potenciais *stakeholders* e articulem parcerias, transpondo obstáculos impostos pela falta de conhecimento acadêmico nesse aspecto. Esses indicadores de impacto representam uma evolução subjetiva de EJs acompanhadas pela VIA junior em ciclos 2023-2025. Contudo, estes dados complementam o formulário ao fornecer eficácia do programa de incubação (SILVESTRO, 2023; VIA JUNIOR, 2024; SILVA, 2024).

A análise desses indicadores revela que a Incubadora VIA Junior atua como o alicerce metodológico necessário para superar as fragilidades diagnosticadas nesta pesquisa. Enquanto o crescimento de 58% na capacidade de planejamento ataca a carência de governança formal (GRI 2-9), o salto de 75% no mapeamento de stakeholders prepara as EJs para a competência mais crítica do relato de sustentabilidade: a determinação de temas materiais (GRI 3). Dessa forma, o suporte institucional especializado converte a intenção estratégica em prática robusta, mitigando a 'amnésia organizacional' e garantindo que a gestão socioambiental sobreviva à alta rotatividade de membros.

A análise consolida uma correlação expressiva: a incubadora, ao integrar práticas rigorosas de gestão da qualidade ao seu ciclo de desenvolvimento, atua como o alicerce metodológico primário sobre o qual a governança voltada à sustentabilidade corporativa pode ser erguida nas EJs.

5.4. Avaliação Crítica: Ponderando Desafios e Oportunidades para um Plano de Ação

A etapa final da análise consiste em uma síntese que atende ao quinto e último objetivo específico: “Avaliar as oportunidades e desafios na implementação dos padrões GRI no contexto das EJs”. Esta seção pondera os achados, contrapondo as barreiras profundas com o potencial transformador, para delinear uma avaliação conclusiva sobre o estado da sustentabilidade nas Empresas Juniores da UFSC. A análise integrada dos dados revela um quadro de potencial latente paralisado por um déficit de conhecimento, cuja superação depende de uma ação coordenada entre os diferentes atores do ecossistema universitário.

O principal desafio, como exaustivamente demonstrado, é o desconhecimento absoluto sobre os frameworks de reporte, que funciona como uma barreira intransponível para qualquer avanço significativo. Essa lacuna de capacitação é agravada pela ausência de estruturas de governança e pela alta rotatividade, que tornam as iniciativas de sustentabilidade esporádicas e frágeis. A contradição entre a autodeclaração de uso de "métricas" e o desconhecimento sobre padrões globais evidencia uma compreensão superficial do tema, indicando que as ações atuais, embora bem-intencionadas, carecem de rigor técnico e de alinhamento estratégico.

Em contrapartida, as oportunidades são igualmente significativas. As EJs, pela sua natureza híbrida entre o acadêmico e o empresarial, representam um campo fértil para a aplicação prática e a inovação em gestão sustentável. A adoção dos padrões GRI oferece um

duplo benefício: pedagógico, ao qualificar os estudantes com competências altamente valorizadas pelo mercado; e estratégico, ao fortalecer a marca e a competitividade das próprias EJs. O ecossistema de inovação da UFSC, com suas incubadoras e habitats, já dispõe da infraestrutura necessária para catalisar essa transformação, servindo como a ponte que pode conectar o potencial das EJs com o conhecimento e as ferramentas de que necessitam.

O caminho para o avanço, portanto, não reside em ações isoladas, mas em uma estratégia institucional integrada. É imperativo que a universidade, através de suas estruturas de apoio como a Incubadora VIA Junior, assuma um papel proativo na capacitação das EJs. A sustentabilidade e os padrões de reporte devem ser incorporados como componentes centrais dos programas de formação e mentoria oferecidos a essas organizações. A superação do gap entre o potencial teórico e a realidade prática depende, em última instância, da vontade institucional de investir na formação de seus estudantes não apenas como técnicos competentes, mas como líderes preparados para construir um futuro mais sustentável.

O quadro 5 a seguir sintetiza a análise desenvolvida ao longo deste capítulo, cruzando os principais achados empíricos com os desafios, as oportunidades e as conexões teóricas, de modo a oferecer um panorama claro e estruturado do diagnóstico realizado.

Eixo de Análise (Baseado nos Objetivos Específicos)	Principais Lacunas Empíricas (Dados da Pesquisa)	Desafio ou Oportunidade Associado	Implicação Estratégica e Relação Teórica
Existência de Práticas (OE2)	Governança informal (17% com cargo formal) e ausência de relatórios (69,6% não publicam).	Desafio: Ações de sustentabilidade são frágeis e não sistêmicas (44% não possuem arranjo institucional para o tema) e carecem de transparência (69,6% não publicam relatórios)	A falta de institucionalização impede a perenidade das ações e a prestação de contas, como aponta a literatura sobre gestão da sustentabilidade (LOZANO, 2006).

Desafios de Implementação (OE3)	100% de desconhecimento do <i>framework</i> GRI; 78,3% sem ações internas de conscientização.	Desafio: A barreira primária é o desconhecimento absoluto (100% desconhecem o GRI), que precede a complexidade técnica, perpetuado pela falta de capacitação interna (78,3% não realizam ações de conscientização).	Evidencia uma falha na capacitação e na transferência de conhecimento, distanciando a prática da missão pedagógica da Universidade Empreendedora.
Oportunidades de Implementação (OE4)	EJs atuam em múltiplos setores e estão inseridas em um ecossistema com incubadoras e habitats de inovação.	Oportunidade: Utilizar as EJs como "laboratórios vivos" para a aplicação da Agenda 2030 (atualmente desconhecida por 43,5% das EJs) e dos padrões GRI, aproveitando a diversidade setorial do movimento.	Alinha-se perfeitamente ao modelo da Hélice Tríplice (ETZKOWITZ, 2005), utilizando a incubadora como onexo catalisador entre a universidade e a prática empresarial.
Avaliação Geral (OE5)	Contradição entre métricas auto reportadas (69,6%) e o desconhecimento total de padrões reconhecidos.	Desafio: Percepção superficial de sustentabilidade, evidenciada pela contradição entre a alta taxa de uso de "métricas" (69,6%) e	Oportunidade: Converter a intenção estratégica (47,8% consideram o tema no planejamento) em prática robusta, superando a barreira

		o desconhecimento total de padrões.	do conhecimento. A superação do hiato entre potencial e prática depende de uma intervenção coordenada do ecossistema de inovação para promover a capacitação e a institucionalização.
--	--	-------------------------------------	--

Quadro 5: Matriz Analítica da Sustentabilidade nas EJs da UFSC: Diagnóstico, Desafios, Oportunidades e Conexões Teóricas. Relação com Objetivos Específicos (OE).

Portanto, conclui o diagnóstico empírico deste estudo, revelando um cenário de profundo descompasso nas Empresas Juniores da UFSC. De um lado, existe o potencial latente de atuação como ambientes para a inovação e a sustentabilidade; de outro, uma realidade prática paralisada por uma barreira estrutural: o desconhecimento absoluto dos frameworks de gestão e reporte reconhecidos globalmente. As lacunas identificadas, desde a ausência de governança formal até a inexistência de relatórios de impacto são, em essência, consequências diretas dessa carência de capacitação.

Tendo estabelecido este panorama específico do ecossistema da UFSC, torna-se imperativo contextualizar os dados dentro da discussão acadêmica mais ampla. É preciso compreender se os desafios enfrentados pelas EJs são únicos ou se espelham dificuldades inerentes à implementação de padrões como o GRI em ambientes universitários. Dessa forma, o capítulo seguinte, 5.5, avança para uma análise comparativa, sintetizando os principais desafios e oportunidades discutidos na literatura recente. Este passo é fundamental para justapor a realidade local a um cenário global, permitindo uma interpretação mais rica dos dados e a formulação de recomendações mais bem-informadas.

6. LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A presente investigação reconhece explicitamente limitações metodológicas que requerem compreensão para interpretação apropriada dos achados. Respondentes tendem a apresentar viés de desejabilidade social, potencialmente superestimando práticas sustentáveis. Esta tendência evidencia-se na discrepância entre 69,6% que declaram utilizar "métricas de sustentabilidade" versus 100% que desconhecem os Padrões GRI, sugerindo compreensão subjetiva não padronizada. Adicionalmente, a unidade de análise constitui percepção de liderança, não realidade objetiva das operações, limitando a acurácia do diagnóstico operacional.

6.1 Limitações de Validade e Generalização

O instrumento não foi submetido a pré-teste formal, limitando sua validação a critério lógico. A amostra de 23 Empresas Juniores (71,9% da população) permanece reduzida para generalização estatística, sendo particularmente não generalizável para instituições privadas ou contextos desprovidos de ecossistema de inovação estruturado. O viés de não-resposta (9 EJs não respondentes) pode ter influenciado positivamente os índices de engajamento. O desenho transversal, coletando dados em momento único, impossibilita o estabelecimento de relações de causalidade, especialmente relevante na análise da Incubadora VIA Junior. A correlação observada (58% em governança, 75% em stakeholders entre incubadas) não permite afirmar se a incubação produziu estas melhorias ou se organizações mais maduras tiveram maior propensão a participar.

6.2 Implicações e Recomendações

Apesar destas limitações, os achados principais permanecem robustos. O desconhecimento absoluto de 100% dos respondentes acerca dos Padrões GRI é contundente o suficiente para não ser invalidado por vieses de respondência. Similarmente, a correlação significativa entre incubação e indicadores de institucionalização aponta para investigação empírica rigorosa da efetividade institucional. Investigações futuras devem incorporar: desenho longitudinal acompanhando Empresas Juniores por 2-3 anos (pré/durante/pós-incubação), ampliação do escopo para outras instituições federais e privadas, validação empírica do instrumento mediante pré-teste, pesquisa qualitativa com múltiplos respondentes por organização, e integração com dados administrativos da Incubadora VIA Junior. A presente pesquisa deve ser compreendida como diagnóstico inicial fundamentado e base sólida para investigações futuras mais robustas.

7. CONCLUSÃO

A presente investigação cumpriu seu objetivo geral de investigar o nível de adoção dos Padrões GRI de reporte de sustentabilidade nas EJs da UFSC, identificando barreiras estruturais e avaliando o papel da Incubadora VIA Junior como catalisador institucional. Os resultados baseiam-se em diagnóstico com 23 EJs (71,9% da população registrada), distribuídas em setores diversos, permitindo caracterização abrangente do fenômeno.

O primeiro objetivo, diagnosticar práticas de reporte, revelou cenário de informalidade institucional: 69,6% das EJs nunca publicaram relatórios de sustentabilidade; apenas 17% possuem estruturas formais de governança; 47,8% carecem de políticas internas formalizadas sobre sustentabilidade. Esta realidade evidencia não falta de iniciativas sustentáveis, mas ausência de mecanismos estruturados para comunicá-las e mensurar impactos.

O segundo objetivo, identificar barreiras, revelou desconhecimento absoluto: 100% dos respondentes desconhecem os Padrões GRI; 43,5% desconhecem a Agenda 2030. A barreira primária é conhecimento técnico, não recursos operacionais. Este achado redefine a problemática: não se trata de implementar novos processos, mas de estruturar aqueles já existentes mediante ferramentas reconhecidas.

O terceiro objetivo, avaliar adequação do GRI para EJs, confirmou a aplicabilidade parcial. Os Padrões GRI 2 (Divulgações Gerais), GRI 3 (Tópicos Materiais) e GRI 400 série (Tópicos Sociais) são altamente aplicáveis. Inversamente, GRI 300 (Ambiental) apresenta limitações em contextos de campus compartilhados, onde a universidade mantém responsabilidade sobre gestão de resíduos e energia. Esta análise valida a proposição de um framework simplificado, denominado "GRI-EJ", customizado à realidade operacional de organizações estudantis.

O quarto objetivo, comparar EJs incubadas versus não incubadas, revelou dados significativos: EJs incubadas pela VIA Junior (n=15) demonstram 58% maior capacidade em governança e 75% maior engajamento com stakeholders comparativamente àquelas sem incubação (n=8). O desenho transversal impossibilita a afirmação de causalidade, contudo a VIA Junior emerge como estrutura com potencial demonstrado de catalisar a institucionalização de práticas.

O quinto objetivo, formular recomendações, aponta para integração sistemática de reporte de sustentabilidade em programas de incubação: (i) desenvolvimento de template simplificado alinhado ao GRI-EJ; (ii) capacitação técnica em Padrões GRI e mensuração de impactos; (iii) repositório centralizado de relatórios como instrumento de comunicação e continuidade institucional.

A pesquisa revelou uma distinção crítica: o problema central nas EJs da UFSC não é falta de sustentabilidade, mas falta de transparência de reporte. As organizações desenvolvem ações com impacto sustentável documentado em consultoria de eficiência, economia circular e gestão de resíduos. O problema é que ninguém sabe que estas ações existem. Sem reporte estruturado, as EJs carecem de credibilidade externa para mensuração de progresso ao longo do tempo.

Este diagnóstico ressignifica a adoção de padrões GRI: não representa obrigação adicional de complexidade, mas estruturação de práticas já existentes. O GRI funciona como ferramenta de comunicação e mensuração, permitindo que EJs evidenciem seus impactos e construam conhecimento institucional. A importância desta formalização é particularmente relevante em EJs dado que, por sua alta rotatividade anual de membros, a ausência de documentação estruturada implica que conhecimentos sobre práticas sustentáveis não são sistematicamente transferidos entre gestões. Reporte formalizado fornece continuidade institucional essencial ao amadurecimento organizacional.

A pesquisa oferece a primeira investigação empírica sobre reporte de sustentabilidade em EJs na UFSC, confirmando lacuna na literatura especializada. Demonstra que EJs, posicionadas em ambientes acadêmicos, apresentam características organizacionais similares a pequenas e médias empresas: estrutura enxuta, recursos limitados e alta rotatividade. Consequentemente, fenômenos associados a PMEs, como dificuldade de institucionalização em contextos informais, manifestam-se também em EJs.

Para a UFSC especificamente, o trabalho fornece diagnóstico fundamentado e roadmap operacional: (i) situação atual das EJs em reporte de sustentabilidade; (ii) proposição de framework simplificado adequado ao contexto (GRI-EJ); (iii) validação empírica da efetividade de VIA Junior como catalisador; (iv) recomendações para integração de reporte em programas de incubação. As EJs, ao estruturarem reporte de sustentabilidade, ganham competências demandadas pelo mercado de trabalho contemporâneo (ESG) e diferenciação competitiva como prestadoras de consultoria em sustentabilidade estruturada.

A presente investigação demonstrou que a institucionalização de reporte de sustentabilidade em EJs é viável e relevante. As barreiras identificadas (falta de conhecimento técnico, ausência de estruturas formais, informalidade institucional) são significativas, mas não insuperáveis. Com investimento moderado em capacitação e desenvolvimento de ferramentas customizadas, as EJs da UFSC podem consolidar-se como ambientes de rigor em gestão sustentável e reporte corporativo.

A responsabilidade pela materialização desta oportunidade repousa sobre lideranças institucionais da UFSC, coordenadores da Incubadora VIA Junior e líderes estudantis das EJs. Espera-se que este diagnóstico funcione como fundação para ação estruturada, posicionando as EJs da UFSC como referência no movimento empresa júnior brasileiro em institucionalização de reporte de sustentabilidade e formação de lideranças responsáveis.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASHEER, N. *et al.* Sustainability assessment in higher education institutions: exploring indicators, stakeholder perceptions, and implementation challenges. *Discover Sustainability*, v. 6, art. 252, 2025.

BICE, S.; COATES, H. Sustainability reporting at universities: beyond the looking glass. *Journal of Higher Education Policy and Management*, v. 38, n. 1, p. 56–70, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016. Dispõe sobre a criação e a organização de empresas juniores. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 abr. 2016.

BRASIL JÚNIOR. Empresas juniores no Brasil: impacto e crescimento. São Paulo: Brasil Júnior, 2021.

BRASIL JÚNIOR. Relatório estratégico 2021: Movimento Empresa Júnior e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Brasil Júnior, 2021.

BRESCIA, V. *et al.* Sustainability reporting in higher education: a systematic review and bibliometric analysis for strategic decision-making. *Business Ethics, the Environment & Responsibility*, v. 0, p. 1–18, 2025. DOI: 10.1111/beer.70044.

CAPES. A inteligência artificial na pesquisa e fomento: desafios e oportunidades. Brasília, DF: CAPES, 2025.

CEULEMANS, K. *et al.* Participatory design of academic curricula for sustainable development. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 16, n. 4, p. 414–433, 2015.

CEULEMANS, K. *et al.* Sustainability reporting in higher education: a comprehensive review of literature. *Journal of Cleaner Production*, v. 106, p. 127–143, 2015.

DEPINE, A.; TEIXEIRA, C. S. Gestão do conhecimento e inovação em incubadoras de empresas. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 30., 2018, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: ANPAD, 2018.

ETZKOWITZ, H. Research groups as 'quasi-firms': the invention of the entrepreneurial university. *Research Policy*, v. 32, n. 1, p. 109–121, 2003.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of university–industry–government relations. *Research Policy*, v. 29, n. 2, p. 109–123, 2000.

GLOBAL COMPACT. Ambição pelos ODS: integrando metas à estratégia de negócio. São Paulo: Pacto Global da ONU no Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ambicao-pelos-ods/>. Acesso em: 21 fev. 2026.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. GRI Standards and the SDGs. Amsterdam: GRI, 2021.

GOOGLE. Gemini Pro. Versão de 17 de fev. 2026. Inteligência Artificial. Disponível em: <https://gemini.google.com>. Acesso em: 17 fev. 2026.

GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Sustainability reporting guidelines: reporting principles and standard disclosures. Amsterdam: GRI, 2018.

GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Universal Standards 2021. Amsterdam: GRI, 2021. Disponível em: <https://www.globalreporting.org>. Acesso em: 1 abr. 2025.

GUIJARRO, M. *et al.* Sustainability in the curriculum: a systematic review of the current status and future prospects. *Sustainability*, v. 10, n. 3, p. 663, 2018.

HERNÁNDEZ-DÍAZ, P. M.; POLANCO, J.-A.; ESCOBAR-SIERRA, M. Corporate sustainability reporting in higher education: a systematic review. *Journal of Cleaner Production*, v. 311, art. 127555, 2021.

LEAL FILHO, W.; LUKMAN, R.; LOZANO, R. Higher education and the Sustainable Development Goals: transforming universities to achieve SDGs. *Sustainability*, v. 11, p. 5432, 2020.

LOZANO, R. Incorporation and institutionalization of SD into universities: breaking through the barriers to change. *Journal of Cleaner Production*, v. 14, n. 9–11, p. 787–796, 2006.

LOZANO, R. *et al.* A framework for sustainability assessment of universities. *Journal of Cleaner Production*, v. 228, p. 1–19, 2019.

LOZANO, R. *et al.* Declarations for sustainability in universities: becoming bigger than declarations. *Journal of Cleaner Production*, v. 61, p. 61–69, 2013.

LOZANO, R.; HUISINGH, D. Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, v. 19, n. 2–3, p. 99–107, 2011.

LOZANO, R.; LUKMAN, R. Interrelationships between sustainability indicators. *Sustainability*, v. 13, n. 3, p. 1157, 2021.

MACELLARI, M. *et al.* Stakeholder engagement in sustainability reporting: a systematic review. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, v. 27, n. 4, p. 1689–1701, 2020.

MCTI – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. Política Nacional de Inovação e Parques Tecnológicos. Brasília: MCTI, 2010.

MOGGI, S. Legitimacy and materiality in sustainability reporting in higher education. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 24, n. 3, p. 574–592, 2023.

MOGGI, S. Sustainability reporting in universities: a literature review. *Sustainability*, v. 11, n. 5, p. 1286, 2019.

MOUVENOT, B.; DOUSSOLIN, J. P. Metodologia da pesquisa científica: da teoria à prática. Lisboa: Springer, 2023.

NUNES, D.; SOARES, J. H. Junior Enterprise Movement and Sustainable Development: focus on E-Waste Management. In: LEAL FILHO, W. *et al.* (org.). *Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals: Partnerships for the Goals*. Cham: Springer, 2021. p. 689–706.

OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Sérgio Natal de; SILVA, Rogerio Sales. As Empresas Juniores e suas principais contribuições em serviços de consultoria para as micro e pequenas empresas. *ID on line. Revista de Psicologia*, [S. l.], v. 17, n. 69, p. 65–80, 2023. DOI: 10.14295/online.v17i69.3865. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3865>. Acesso em: 16 mar. 2026.

OPINION BOX. Amostragem por conveniência: o que é e como usar. 2024. Disponível em: <https://blog.opinionbox.com>. Acesso em: 17 fev. 2026.

ONU BRASIL. Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2025. Brasília: Nações Unidas no Brasil, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/298029-relatorio-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-2025>. Acesso em: 21 fev. 2026.

POLANCO, J.-A. *et al.* Barriers and opportunities for sustainability reporting implementation: a systematic review. *Journal of Cleaner Production*, v. 311, art. 127619, 2021.

SILVA, B. F. Gestão da qualidade em uma incubadora de empresas juniores. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Materiais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

SILVESTRO, A. R. Metodologia de incubação para empresas juniores fundamentada na gestão do conhecimento. 2023. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SINOVA – DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO. Quem somos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2024. Disponível em: <https://sinova.sites.ufsc.br/quem-somos/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SURVEYMONKEY. Escala Likert: o que é e como usar. 2024. Disponível em: <https://pt.surveymonkey.com>. Acesso em: 17 fev. 2026.

TEIXEIRA, C. S.; TRZECIAK, D. S.; VARVAKIS, G. O papel dos habitats de inovação na universidade empreendedora. *Revista de Empreendedorismo e Inovação*, v. 12, n. 3, p. 45–67, 2018.

UFSC. Resolução Normativa sobre Integridade Acadêmica. Florianópolis: Conselho Universitário, 2025.

UNITED NATIONS. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: UN Publishing, 2015.

VIA JUNIOR. Empresas Juniores da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: VIA Estação Conhecimento, 2024. E-book.

VIANA, L. *et al.* Critical analysis of the role of junior enterprises in the training of future professionals aligned with the SDG. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 24, n. 2, p. 502–516, 2023.

WILSDON, J. *et al.* Assessing research and impact: an introduction to research evaluation. London: SAGE Publications, 2021.

ZORIO-GRIMA, A. *et al.* The sustainable development goals and sustainability reporting: a mapping of the landscape through a bibliometric study. *Sustainability*, v. 10, n. 5, p. 1531, 2018.

9. APÊNDICE

Pesquisa sobre Sustentabilidade Corporativa

B *I* U  

Meu nome é Roberto Nallin, graduando em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Santa Catarina e essa pesquisa compõem meu projeto de TCC.

Ao responder este formulário você estará contribuindo com o desenvolvimento sustentável de empresas juniores e gerando valor as incubadoras de startups de Santa Catarina.

O formulário tem como objetivo realizar uma pesquisa de análise situacional com base nos Padrões GRI em empresas juniores.

Os Padrões GRI permitem que qualquer organização – grande ou pequena, privada ou pública – entenda e relate seus impactos na economia, no meio ambiente e nas pessoas de forma comparável e confiável, aumentando assim a transparência em sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Os GRI estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU - a avaliação de materialidade global para o nosso mundo. Permitindo que as empresas entendam e comuniquem sua contribuição para os ODS.

Os Padrões GRI são revisados regularmente para garantir que reflitam as melhores práticas globais para relatórios de sustentabilidade, ajudando as organizações a responder às demandas emergentes.

Qual o nome da sua EJ? *

Texto de resposta curta

1. Qual(is) o(s) setor(es) de atuação da EJ? *

- ☐ Agronegócio
 - ☐ Água
 - ☐ Alimentos
 - ☐ Bancos
 - ☐ Bebidas
 - ☐ Companhia Aérea
 - ☐ Construção Civil
 - ☐ Consumo
 - ☐ Consultoria
 - ☐ Educação
 - ☐ Energia
 - ☐ Imóveis
 - ☐ Indústria
 - ☐ Infraestrutura
 - ☐ Logística
 - ☐ Mineração
-

☐ Papel e Celulose

☐ Petróleo e Gás

☐ Química e Petroquímica

☐ Saneamento

☐ Saúde

☐ Serviços Bancários

☐ Siderurgia

☐ Tabaco

☐ Tecnologia

☐ Telecomunicações

☐ Varejo

☐ Vestuário

☐ Outro:

Sua empresa júnior possui uma estrutura formal de governança voltada para sustentabilidade, como um comitê ou diretoria específica? (GRI 2-9: Estrutura e Composição da Governança)

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei responder

Existe um responsável designado pela gestão de sustentabilidade dentro da EJ? (GRI 2-13: ★ Delegação de Responsabilidade para Gerenciamento de Impactos)

- ☐ Diretoria
- ☐ Primeiro nível
- ☐ Segundo Nível
- ☐ Nenhum dos anteriores
- ☐ Não possui nenhum gestor ambiental
- ☐ Não sei responder

A sustentabilidade está formalmente incluída nas políticas institucionais da EJ? (GRI 2-23: *Compromissos de Política*) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei responder

Quais são as principais iniciativas sustentáveis implementadas na sua EJ? (GRI 3-3: *Gestão de Temas Materiais*)

Texto de resposta longa

A sustentabilidade faz parte do planejamento estratégico da empresa júnior? (GRI 3-1: *Processo de Determinação de Temas Materiais*) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei responder

Se sim, qual ação é realizada no planejamento estratégico?

Texto de resposta longa

A empresa adota alguma métrica para monitoramento de desempenho sustentável? (GRI 3-2: ^{*}
Lista de Temas Materiais e GRI 301: Materiais, GRI 302: Energia, GRI 305: Emissões)

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei responder

Se sim, poderia citar uma iniciativa?

Texto de resposta longa

A EJ publica relatórios de sustentabilidade? Se sim, qual o padrão utilizado? (GRI 2-3: *Período* ^{*}
de Relato, Frequência e Ponto de Contato, GRI 2-5: Garantia Externa)

- ☐ Sim, publica relatório segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).
- ☐ Sim, utiliza metodologia própria ou outros modelos externos.
- ☐ Ainda não publica relatório de sustentabilidade ou balanço social.
- ☐ Não sei como publicar.
- ☐ Não sei o que responder.

A empresa possui mecanismos estruturados de diálogo com seu público de interesse (stakeholders)?

*

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não conheço sobre mecanismos estruturados de diálogo
- ☐ Não sei responder

Se sim, poderia citar qual mecanismo é utilizado?

Texto de resposta longa

A EJ faz pesquisa de satisfação e possui programa de melhoria para retenção de clientes? (GRI PR5)

*

- ☐ Sim.
- ☐ Não.
- ☐ Não conheço sobre programas de melhorias para retenção de clientes.
- ☐ Não sei responder.

A EJ implementa práticas para redução do consumo de materiais e resíduos? (GRI 301: Materiais, GRI 306: Resíduos) *

☐ Sim

☐ Não

Se sim, qual programa é realizado?

Texto de resposta longa

Possui programa estruturado para promover a saúde e segurança dos membros da EJ? (GRI LA8 e LA9) *

☐ Sim, possui programa de saúde e segurança certificado (alguns exemplos de certificação são: OHSAS 1...

☐ Sim, possui programa de saúde e segurança não certificado.

☐ Não possui programa.

Indique as ações utilizadas pela EJ para abordar questões éticas em sua forma de atuação: *
(GRI SO1, SO2 e SO3)

- ☐ Possuem códigos de ética ou conduta disseminados na empresa
- ☐ Possuem sistema estruturado de gestão da ética
- ☐ Possuem estruturas na empresa responsáveis pela gestão da ética
- ☐ Possuem canais formais para recebimento de denúncia em relação a violações éticas
- ☐ Possuem políticas específicas de treinamento para a questão
- ☐ Outros
- ☐ Não possuem ações para abordar o tema

Possui programa, processos ou práticas formalizadas para valorização da diversidade? (GRI *
LA13)

- ☐ Sim
- ☐ Não

Qual o nível de conhecimento da EJ em relação a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

*

- ☐ Pouco conhecimento
- ☐ Médio conhecimento
- ☐ Alto conhecimento
- ☐ Não conheço a Agenda 2030.

Conhece os padrões GRI (Global Reporting Initiative)? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

23 respostas

 [Ver no app Planilhas](#) 

Aceitando respostas ☒

Resumo

Pergunta

Individual

Qual o nome da sua EJ?

23 respostas

Autojun

Invest Júnior

SIMBIOSIS

EJEP

Analize

Ação Júnior

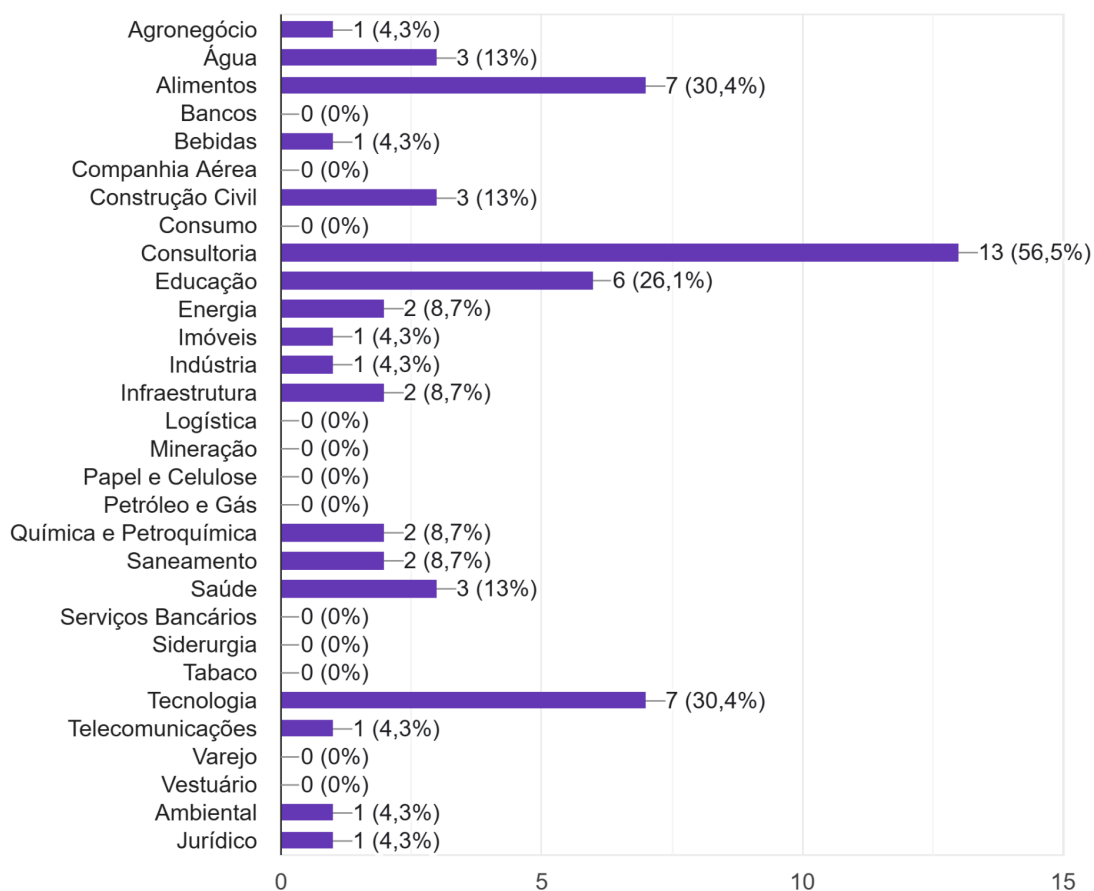
Conaq

A3 Design

Reação Jr

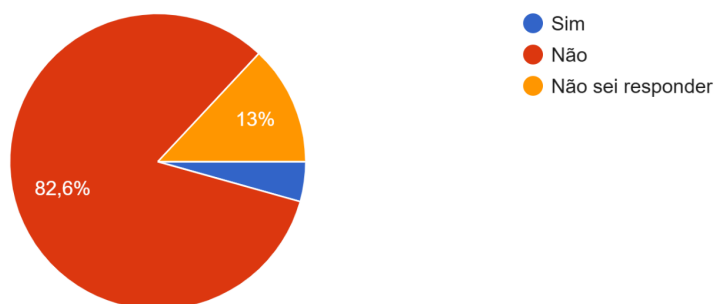
1. Qual(is) o(s) setor(es) de atuação da EJ?

23 respostas



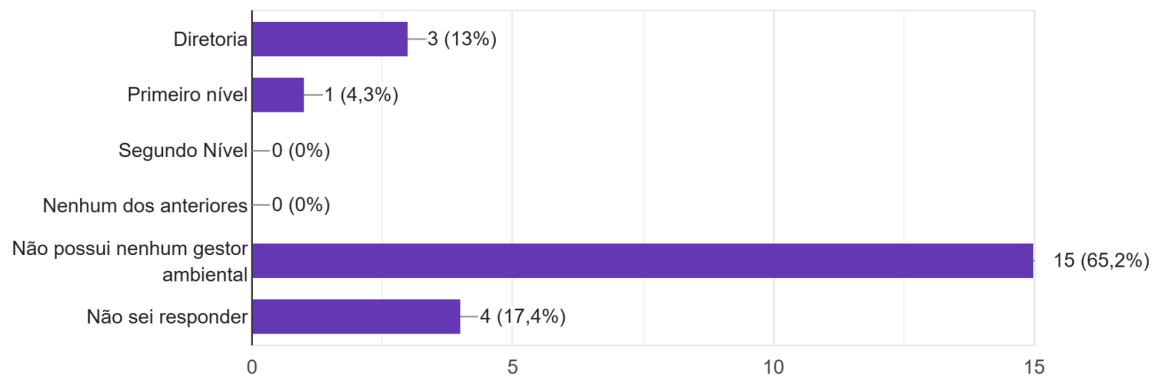
Sua empresa júnior possui uma estrutura formal de governança voltada para sustentabilidade, como um comitê ou diretoria específica? (GRI 2-9: Estrutura e Composição da Governança)

23 respostas



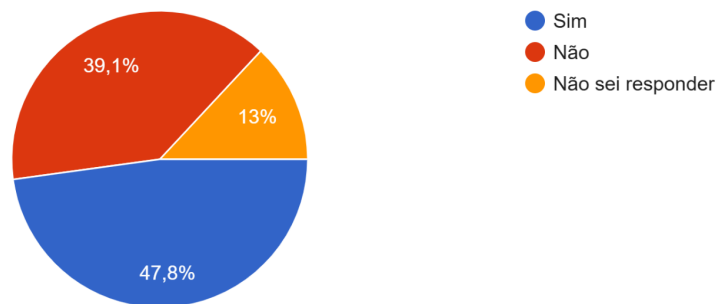
Existe um responsável designado pela gestão de sustentabilidade dentro da EJ? (GRI 2-13: Delegação de Responsabilidade para Gerenciamento de Impactos)

23 respostas



A sustentabilidade está formalmente incluída nas políticas institucionais da EJ? (GRI 2-23: Compromissos de Política)

23 respostas



Quais são as principais iniciativas sustentáveis implementadas na sua EJ? (GRI 3-3: Gestão de Temas Materiais)

10 respostas

A Simbiosis é um EJ de Ciências Biológicas então nossa missão é visão é todo voltada a isso

Relacionado a menor desperdício de materia prima e questão de resíduos tóxicos

Geração de produtos com materiais sustentáveis: madeiras de reflorestamento.

Análise de efluentes, análise de água,

Fazemos estudo da viabilidade de instalação de projeto Elétrico. Então nos nossos próprios serviços o meio ambiente já está incluso.

uma das nossas missões é promover uma cultura oceânica sustentável e consciente

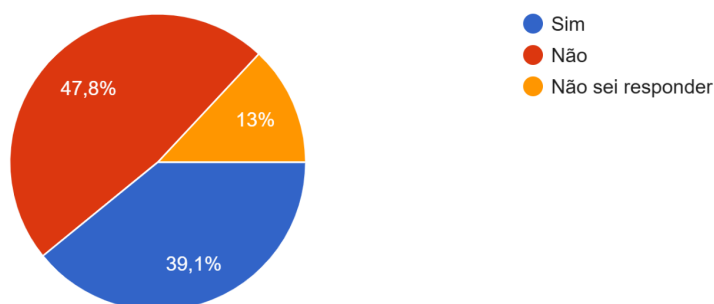
Divulgação da cultura oceânica

medidas de risco de impacto ambiental em projetos

ODS como referência corporativa

A sustentabilidade faz parte do planejamento estratégico da empresa júnior? (GRI 3-1: Processo de Determinação de Temas Materiais)

23 respostas



Se sim, qual ação é realizada no planejamento estratégico?

8 respostas

Todos os projetos e eventos são voltados para essa área

Quando tratamos sustentabilidade no Planejamento Estratégico olhamos para a linha de crescer de forma sustentável, então com um ambiente que possibilite o crescimento de forma constante, no sentido de não haver sobrecargas

Focamos em serviços que conseguem ter um valor agregado com sustentabilidade.

Realização de projetos.

no momento, promover um serviço de educação ambiental

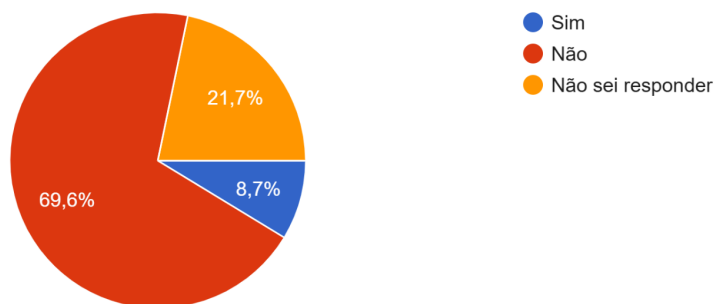
Status: Possuem projetos para divulgação sobre educação ambiental, mas ainda estão no estágio 0. Necessitam de experiência.

não execução. mas discutem projetos e programas ambientais, sociais

Ligadas a cultura e projetos sustentáveis

A empresa adota alguma métrica para monitoramento de desempenho sustentável? (GRI 3-2: Lista de Temas Materiais e GRI 301: Materiais, GRI 302: Energia, GRI 305: Emissões)

23 respostas



Se sim, poderia citar uma iniciativa?

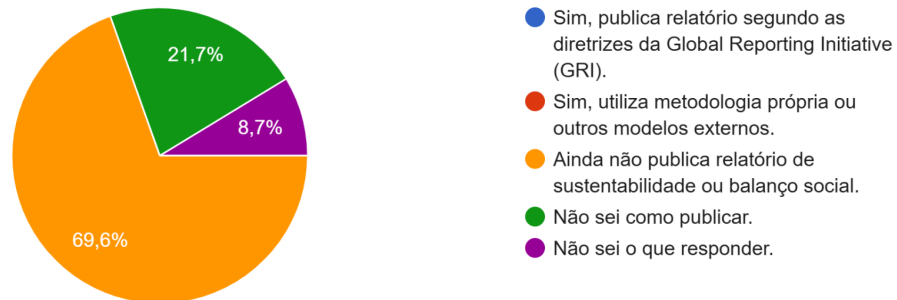
2 respostas

Ecologia na praça é um projeto da empresa junto com professores para falar sobre Ecologia em lugares públicos

Plantio de mudas para compensação de GEE

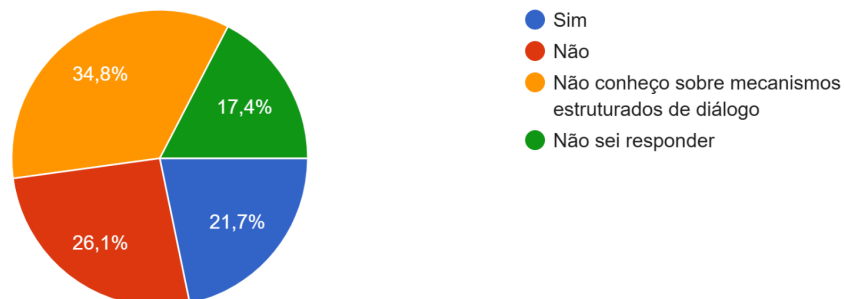
A EJ publica relatórios de sustentabilidade? Se sim, qual o padrão utilizado? (GRI 2-3: Período de Relato, Frequência e Ponto de Contato, GRI 2-5: Garantia Externa)

23 respostas



A empresa possui mecanismos estruturados de diálogo com seu público de interesse (stakeholders)?

23 respostas



Se sim, poderia citar qual mecanismo é utilizado?

3 respostas

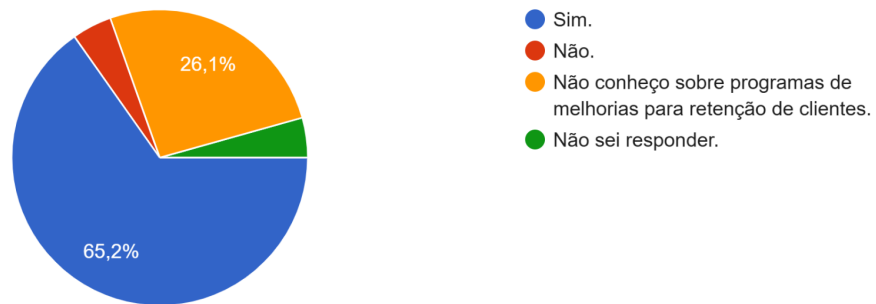
N lembro exatamente agora acredito q todas as EJs coloquem o nome

Seja através do processo seletivo ou de parceiros, olhamos de forma contínua para as nossas relações e hora nos aproximamos por conversas

Utilizamos site, tráfego pago e canais de comunicação direto como WhatsApp

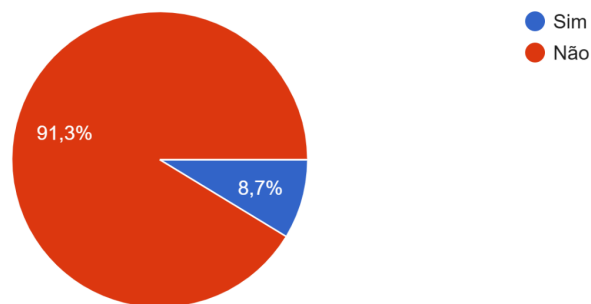
A EJ faz pesquisa de satisfação e possui programa de melhoria para retenção de clientes? (GRI PR5)

23 respostas



A EJ implementa práticas para redução do consumo de materiais e resíduos? (GRI 301: Materiais, GRI 306: Resíduos)

23 respostas



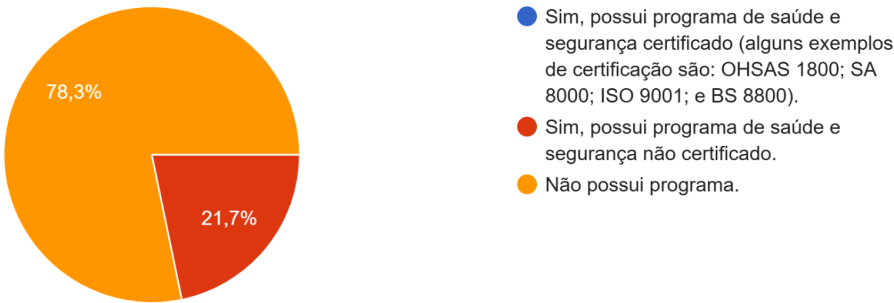
Se sim, qual programa é realizado?

1 resposta

serviço de Educação Ambiental

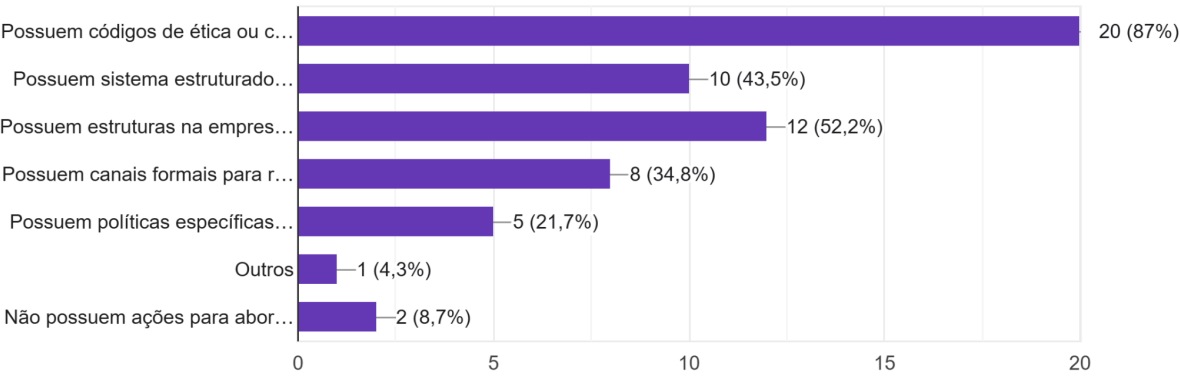
Possui programa estruturado para promover a saúde e segurança dos membros da EJ? (GRI LA8 e LA9)

23 respostas



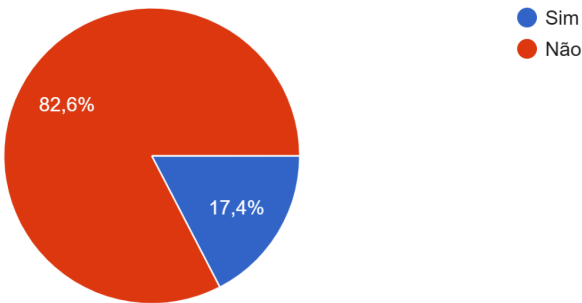
Indique as ações utilizadas pela EJ para abordar questões éticas em sua forma de atuação: (GRI SO1, SO2 e SO3)

23 respostas



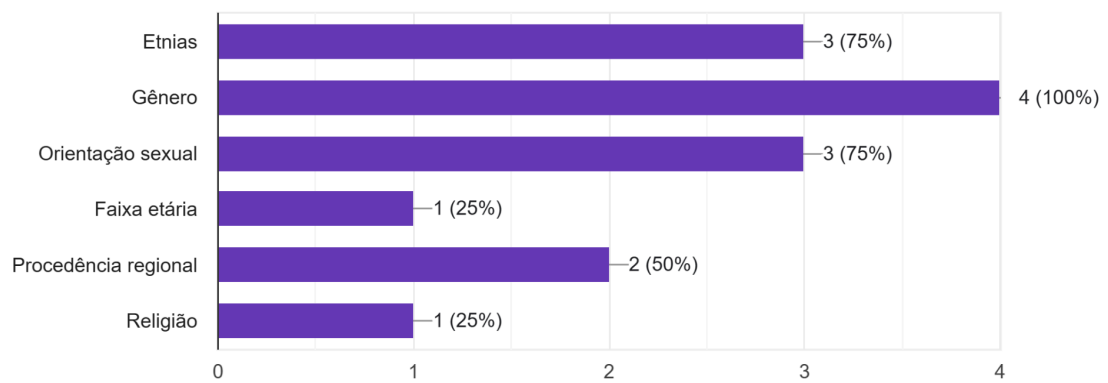
Possui programa, processos ou práticas formalizadas para valorização da diversidade? (GRI LA13)

23 respostas



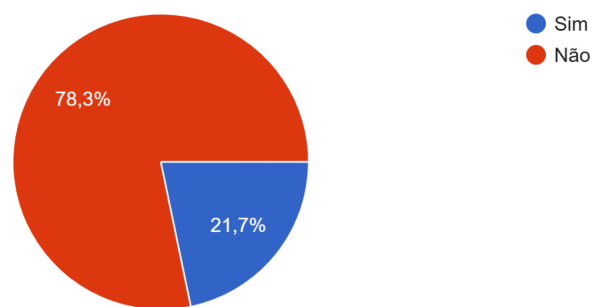
Se sim, quais os temas abrangidos? (GRI LA13)

4 respostas



Desenvolvem ações de conscientização sobre sustentabilidade com membros?

23 respostas



Se sim, quais ações são realizadas?

3 respostas

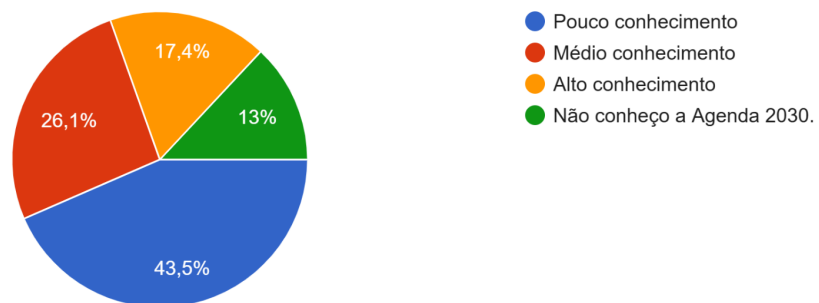
já somos voltados para isso

Participação em eventos relacionados ao tema de sustentabilidade.

treinamentos sobre diversidade e inclusão

Qual o nível de conhecimento da EJ em relação a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

23 respostas



Conhece os padrões GRI (Global Reporting Initiative)?

23 respostas

